

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Cássia Rosane Coelho Lied**

**A AUTONOMIA E O EMPODERAMENTO AO ALCANCE DAS  
MULHERES JUNTO AO RESIDENCIAL DOM IVO LORSCHETER**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2016**

**Cássia Rosane Coelho Lied**

**A AUTONOMIA E O EMPODERAMENTO AO ALCANCE DAS MULHERES JUNTO  
AO RESIDENCIAL DOM IVO LORSCHETER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Serviço Social, Área da Habitação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção da **Graduação em Serviço Social**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Me. Eliana Mourgues Cogoy

Santa Maria, RS, Brasil  
2016

**Cássia Rosane Coelho Lied**

**A AUTONOMIA E O EMPODERAMENTO AO ALCANDE DAS MULHERES JUNTO  
AO RESIDENCIAL DOM IVO LORSCHETER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Serviço Social, Área da Habitação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção da **Graduação em Serviço Social**.

**Aprovado em -- de dezembro de 2016:**

---

**Eliana Mourgues Cogoy, Me. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Caroline Goerck, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2016

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais Alarico Carvalho Coelho (in memoriam) e Anna Maria Machado Coelho, que foram à base de tudo para mim.

Ao meu esposo Paulo Antonio Lied, companheiro de todas as horas, pelo amor, compreensão, paciência.

Às minhas filhas Úrsula e Alice, razão do meu viver.

À minha irmã Vera Lucia, sobrinho e afilhado Rodrigo, cunhado Denisar , pelo carinho.

Ao meu genro Gilmar Júnior por me apoiar no decorrer do curso de graduação.

À minha supervisora de campo, Ivone Fontoura, pelos ensinamentos, dedicação e respeito ao longo do período de estágio.

À minha supervisora de estágio I e orientadora, Eliana Mourgues Cogoy, pelos momentos de reflexão e aprendizado, por toda a compreensão durante esse período, que deu origem a este trabalho.

À minha supervisora de estágio II, Caroline Goerck, pela dedicação, incentivo, afeto e profissionalismo.

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ensino gratuito e de qualidade a qual me foi ofertado.

## RESUMO

### **MULHERES DO RESIDENCIAL DOM IVO LORSCHTEITER: A INFORMAÇÃO COMO MEIO DE INCENTIVO À AUTONOMIA**

AUTORA: Cássia Rosane Coelho Lied  
ORIENTADORA: Eliana Mourgues Cogoy

Este Trabalho de Conclusão de Curso é fruto da formação acadêmica em Serviço Social enriquecida através da experiência de estágio curricular em Serviço Social realizado na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária – Órgão da Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS, executado no Residencial Dom Ivo Lorscheiter. Procurou-se apreender a prática profissional do Serviço Social durante o estágio curricular que foi desenvolvido no período de agosto a novembro de 2015 e março a junho de 2016. O trabalho busca apresentar um histórico da política habitacional brasileira, trazendo um panorama do serviço social na área habitacional, pois, através dos processos de trabalho do Assistente Social é que se entenderá a realidade em que o usuário está inserido. Para tanto fez-se necessário conhecer a realidade local das mulheres moradoras do referido residencial. Trata-se ainda dos processos emancipatórios das mulheres na geração de renda e o caminho para o empoderamento das mesmas. Destaca-se também, os meios pelos quais poderão possibilitar a autonomia das mulheres de baixa renda, proporcionando o alcance de seus direitos como cidadãs.

**Palavras-chave:** Autonomia. Empoderamento. Mulher. Trabalho.

## ABSTRACT

### HOUSING ESTATE DOM IVO LORSCHHEITER'S WOMEN: THE INFORMATION AS A WAY FOR INCENTIVATION TO AUTONOMY

AUTHOR: Cássia Rosane Coelho Lied

ADVISOR: Eliana Mourgues Cogoy

This conclusion course work results from the academic formation on Serviço Social enriched through of internship experience's on Serviço Social realized in Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária – department of Municipal Prefecture of Santa Maria, performed in Dom Ivo Lorscheiter housing estate. The objective was to learn the Serviço Social's professional practice during the internship that occurred from August to November of 2015 and from March to June of 2016. The work seeks to present a historic of brazilian housing policy, showing a Serviço Social's panorama on the housing area, because through of processes of Assistente Social work's the reality of user will be understood. Toward this, was necessary to know the local reality of women in cited housing estate. Also the emancipatory process women's of generation of income are reported and the way for to empower her. It is emphasized, also in this work, the ways through which women that live with low income can to obtain autonomy, providing the conquest of hers rights like citizens.

**Keywords:** Autonomy. Empowerment. Women. Work.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>7</b>  |
| <b>2 A POLÍTICA HABITACIONAL E OS PROCESSOS EMANCIPATÓRIOS DAS MULHERES NA GERAÇÃO DE RENDA</b> .....  | <b>9</b>  |
| 2.1. UM PANORAMA DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA .....   | 9         |
| 2.2. O CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES ATRAVÉS DA POLÍTICA HABITACIONAL .....  | 14        |
| 2.3 O ESPAÇO DA MULHER NAS ALTERNATIVAS DE TRABALHO .....  | 19        |
| <b>3 SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA</b> .....                     | <b>25</b> |
| 3.1 A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE SANTA MARIA – SMHRF .....         | 25        |
| 3.2 O PERCURSO HISTÓRICO DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO ..... | 29        |
| <b>4 A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL JUNTO A SMHRF</b> .....                                | <b>38</b> |
| 4.1 AS APROXIMAÇÕES INICIAIS NO CAMPO .....  | 38        |
| 4.2 AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....  | 39        |
| 4.3 POSSIBILIDADES E LIMITES DA EXPERIÊNCIA .....  | 44        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | <b>47</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>49</b> |
| <b>ANEXOS</b> .....  | <b>53</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso preenche um dos requisitos finais para a obtenção do Título de Bacharela em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Trata-se de uma reflexão teórico-prática da experiência de Estágio curricular em Serviço Social realizado junto ao Residencial Dom Ivo Lorscheiter, ao qual faz parte da Política Pública do Governo Federal, que visa atender a demanda habitacional do município, o Programa “Minha Casa Minha Vida”. Este programa é executado pela Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária, na qual está inserido o processo de trabalho do assistente social.

No período de agosto a novembro de 2015 foi realizado o Estágio I com vistas a acompanhar o processo de trabalho desenvolvido pela assistente social da Instituição, Supervisora de Campo da Estagiária. A centralidade se deu na descrição e reflexão da realização do Projeto de Intervenção elaborado no Estágio I e realizado no Estágio II, sendo este último no período de março a junho de 2016. O Projeto foi aplicado à moradoras do Residencial Dom Ivo Lorscheiter.

Após conhecer a realidade local, de que muitas mulheres não possuíam condições financeiras que lhes proporcionasse um determinado rendimento econômico, o referido projeto surge para fomentar um grupo de capacitação de mulheres donas de casa, moradoras do “Residencial Dom Ivo Lorscheiter”. Através deste projeto foram proporcionados momentos para que estas mulheres, habitantes mesmo bairro, pudessem se conhecer, familiarizar-se com suas histórias e possivelmente construir vínculos e relações sociais. Buscando com isso formas de transformar a realidade social delas através do incentivo à sua autonomia econômica e social.

O trabalho desenvolvido proporcionou informações com vistas a promover a autonomia das mulheres, através do empreendedorismo local. Assim como evidenciou a importância do acesso aos direitos que todos podem ter em relação à contribuição para a previdência social.

Para discorrer sobre o projeto de intervenção neste trabalho, utilizou-se de referencial teórico, realizados através de pesquisa bibliográfica referente ao tema abordado. Sendo assim, o trabalho foi dividido em cinco capítulos e esses em subitens.



A partir do elencado acima, inicia-se o trabalho com o capítulo 1, que é esta Introdução, realizando uma breve abordagem do que será tratado ao longo do texto.

O capítulo 2 intitulado “A Política Habitacional e os processos emancipatórios das mulheres na geração de renda”, busca apresentar um histórico da política habitacional brasileira, a partir da metade do século XX, através da qual iniciou-se a implementação das políticas de habitação. Logo após será abordada a questão do incentivo de geração de trabalho e renda para as mulheres de baixa renda.

No capítulo 3, intitulado “Serviço Social na Política Habitacional no Município de Santa Maria”, será abordado o histórico da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria – SMHRF. Seguindo, será colocado um panorama do serviço social na área habitacional, dando o enfoque ao público atendido pela Instituição.

O capítulo 4, “A experiência de estágio em Serviço Social junto a SMHRF”, busca apresentar a instituição campo de estágios I e II, na Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS - Secretaria de Habitação e regularização Fundiária, mais precisamente no Residencial Dom Ivo Lorscheiter, o qual faz parte do programa “Minha Casa, Minha Vida” no referido município. Após será exposta a trajetória do Projeto de Intervenção executado, que teve como objetivo fortalecer um grupo de mulheres, levando até elas informações que indicam possíveis caminhos para sua autonomia financeira e social.

No último capítulo, o 5, serão apresentadas as considerações finais deste trabalho.

## 2 A POLÍTICA HABITACIONAL E OS PROCESSOS EMANCIPATÓRIOS DAS MULHERES NA GERAÇÃO DE RENDA

Neste capítulo, serão abordados os temas sobre o panorama da política habitacional brasileira, o caminho para a emancipação e empoderamento das mulheres através da política habitacional e o espaço da mulher nas alternativas de trabalho.

### 2.1. UM PANORAMA DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA

Na metade do século XX, foram implementadas as políticas no campo da habitação sem um aporte das políticas de desenvolvimento urbano, o que acarretou no crescimento acelerado de favelas e assentamentos. Neste sentido a habitação:

...tem como pressuposto a compreensão da moradia como necessidade básica fundamental e inalienável, tendo em vista a função de proteção, reprodução e abrigo que exerce na vida social, principalmente, em se tratando das sociedades ocidentais. Na sociedade capitalista, entretanto, como outros valores de uso, se converte em mercadoria com especificidades que merecem ser destacadas das demais, pois se trata de uma mercadoria das mais caras da cesta de meios necessários à reprodução do trabalho na vida privada e familiar dos trabalhadores (ABREU, 2016, p. 192).

Com isso, o processo histórico de constituição das cidades brasileiras, esta atrelado ao fato de que as cidades cresceram com a falta de planejamento urbano, assim como com o favorecimento dos interesses das elites dominantes. E o resultado desta ausência de planejamento é a desigualdade social e as contradições.

Os contrastes sociais e a dinâmica populacional estão intimamente relacionados com o processo econômico estrutural, especialmente nos municípios de médio e grande porte e nas metrópoles. Nessas cidades se produz e reproduz as desigualdades sociais, através de um intenso processo de precarização das condições de vida, com o crescimento do desemprego e do trabalho informal (sem seguridade social), a presença da violência e do crime organizado, a fragilização dos vínculos sociais, que somados à maneira como as cidades foram constituídas, expõem as famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidade sociais (BRASIL, 2010, p.12).

Assim, a origem dessa precarização, deriva da chegada das primeiras indústrias, em meados do século XX, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. As favelas, os cortiços e as habitações coletivas de aluguel se multiplicam nos centros das cidades, enquanto que as elites ocupam os bairros que são elaborados de maneira que os tornem mais belos, eis aqui a contradição. A questão social manifesta-se diante desse cenário de desigualdades.

Questão social, que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resiste e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2000, p.28).

Assim sendo, as desigualdades originadas diante do processo de urbanização no início do século XX, se manifestam em condições subumanas e insalubres, dando origem ao processo de exclusão que se perpetua até os dias de hoje.

Esta urbanização, assim como o processo republicano e democrático brasileiro, ocorre de forma totalmente descomprometida com a transformação das bases sociais e com o cumprimento da função social e fundiária nas cidades e no campo. Aprofunda, pois, as desigualdades socioespacialmente, em uma dimensão particular das cidades no país, de autorização de processos institucionais de expulsão, de segregação, de marginalização que se expressam no cotidiano de trabalhadores “desprovidos, desalojados e despejados” da cidade do capital (ABREU, 2016, p. 195).

Então em 1964, foram criados os BNHs (Banco Nacional de Habitação), que não foram nada mais nada menos que grandes conjuntos habitacionais que serviram para retirar os moradores da cidade e colocá-los em periferias afastadas. Aumentando com isso, toda a forma de habitação precária.

A tônica de apropriação do espaço é capacitar as cidades para concorrer entre si na captação e obtenção de recursos públicos e privados. Como exemplo evidente temos a fábrica dos sonhos dos megaeventos. Nessa dinâmica, as expressões da questão social são subsumidas em processos de higienização, pasteurização e uniformização de projetos de urbanização de áreas populares e degradadas, ampliação de serviços privados e ocupação militar para contenção e controle da vida social (ABREU, 2016, p.195).

Portanto, há de se buscar a luta pela moradia como forma de resistência contra estas desigualdades. Logo, as décadas de 80 e 90 são expressivas, pois os movimentos sociais começam a reivindicar recursos para a habitação.

Os profissionais na década de 1980 passam a se opor ao modelo de remoção, onde as famílias eram deslocadas para áreas muito distantes, não sendo respeitados os laços de vizinhança já estabelecidos, e nem mesmo a forma de obtenção de renda das famílias, que naturalmente estava ligada ao 'lôcus' da moradia (BRASIL, 2010, p. 48).

Destaca-se que o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) ocorrido em 1988, foi um dos movimentos mais fortes, devido ao fato de estimular vários setores como: acadêmicos, populares e profissionais.

Com a Constituição Federal de 1988, é que a política de habitação define a moradia como direito e cria o Estatuto das Cidades que seria o responsável por regular a gestão urbana.

Na metade dos anos noventa, o Brasil vivenciaria uma situação favorável à retomada de uma política habitacional mais ampla. No âmbito político, o fim da ditadura militar e uma estabilidade no regime democrático; no econômico, o fim da inflação, debelada a partir de 1994 pelo plano real e as políticas que se seguiram; finalmente, a retomada do crescimento econômico ainda que gradual (COGOY, 2016, p. 49).

Conforme Cogoy (2016, p. 52) “na segunda gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1998-2000), são criados dois programas habitacionais o PAR (Programa de Arrendamento Residencial) e o PSH (Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social)”. Esses dois programas visavam garantir moradia a pessoas de baixa renda, diferiam-se pelo critério de renda: ao PAR poderiam concorrer famílias que recebessem até seis salários mínimos mensais, enquanto que o PSH atendia as famílias que recebessem até R\$ 580, 00 mensais.

Com isso, a Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, em seu artigo 6º cita que são direitos sociais: “A educação, a saúde, a moradia, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados”.

Mas apenas com a criação dos Ministérios das Cidades no governo do Presidente Lula (2003) e do Conselho das Cidades (2004) é que acontece a efetivação que irá colocar em prática uma nova Política Nacional de Habitação.

A habitação é um bem indispensável ao ser humano. No mundo contemporâneo há um grave déficit habitacional, o que ocasiona uma crescente intervenção estatal nos temas afetos a esta questão. Neste contexto, os contratos de financiamento habitacional se tornaram o principal meio de acesso à moradia, já que os bens imóveis possuem um elevado preço em comparação com a renda média da população (COGOY, 2016, p. 151).

Surgindo assim os Programas PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que consistia em atender as famílias que residiam em assentamentos precários. E em 2008 o Programa MCMV (Minha Casa Minha Vida), que teve como objetivo atender as famílias de baixa renda.

Os princípios básicos da Política Nacional de Habitação/2004, segundo a Secretaria Nacional de Habitação:

- Moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais.
- Habitação é uma política de Estado! O poder público é agente na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários, devendo ser, ainda uma política pactuada com a sociedade e que extrapole um só governo.
- Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e nos procedimentos.
- Articulação das ações de habitação à política urbana e integrada as demais políticas sociais e ambientais (BRASIL, 2014, p.22).

Diante desses princípios, podemos observar que existe uma deficiência dos programas habitacionais disponíveis em abarcar com toda a demanda por habitação da população a que se destina, já que atualmente a procura é maior do que a oferta.

Para Cogoy:

... o direito à moradia também deve ser compreendido como um direito social, na medida em que, dirigido ao Estado, obriga este a realizar políticas públicas no sentido de garantir o acesso a uma habitação digna. Os direitos sociais são compreendidos como direitos a prestação, pois demandam uma atitude positiva do Estado. Também têm por característica um conteúdo predominantemente programático, cabendo ao Estado concretizá-los por meio de leis ordinárias e políticas públicas (2016, p. 37).

Embora existam programas habitacionais, uma grande parcela dos que necessitam da moradia não conseguem acesso, devido aos critérios de seleção a serem preenchidos que exigem dos usuários comprovação de renda.

O programa “Minha Casa, Minha Vida” foi instituído pela Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, posteriormente convertida em Lei 11.977/2009, tendo sido regulamentado pelos Decretos nº 6.819/2009 e 6.992/2009. Trata-se de um programa com objetivo de garantir acesso à moradia própria a famílias de baixa renda, assim compreendidas aquelas cuja renda mensal seja de até R\$ 4.650,00 (art. 1º da Lei 11.977/2009) (COGOY, 2016, p. 102).

Nesse sentido, tem-se que destacar a situação de pessoas quando ultrapassado mesmo que seja por pouco o valor, pois o usuário não poderá concorrer às casas populares, entendendo que sua renda é superior ao estabelecido pela Caixa Econômica Federal. Como exemplo o valor para participar da seleção para a faixa<sup>1</sup> 1 com renda mensal bruta de até R\$ 1.600,00, a qual é financiada com os recursos do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial).

o interessado deve possuir uma renda mensal compatível com a prestação futura do bem imóvel que deseja adquirir, a qual deverá ser documentalmente comprovada. Ocorre que, entre as classes mais desfavorecidas, estes requisitos são muito difíceis de serem obtidos. Em geral, a renda média familiar é muito baixa e já está comprometida com outros bens de necessidade mais emergencial, como a alimentação (COGOY, 2016, p. 50).

Assim sendo, o usuário deverá concorrer pela faixa<sup>2</sup> 2, que compreende o valor de até R\$ 3.275,00. Com isso o valor da mensalidade e formas de financiamento serão menos acessíveis, devido a muitas pessoas trabalharem de maneira informal, e bem como cita o autor a renda já ser comprometida. Sendo que, são consideradas famílias de baixa renda as que recebem próximo a meio salário mínimo per capita.

Além desses programas que foram instituídos na cidade de Santa Maria, também foi criado o Projeto Social “Morada Feliz”, que tem por objetivo regularizar a situação imobiliária do município e viabilizar a situação urbanística da cidade, segundo a Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária.

---

<sup>1</sup> Faixa 01- Famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.600,00 (dados referente ao ano de 2014)

<sup>2</sup> Faixa 02 - Famílias com renda mensal bruta de até R\$ 3.275,00

Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/04/entenda-como-funciona-o-minha-casa-minha-vida>> Acesso em: 07 set. 2016.

Com isso, os moradores dos lotes contemplados pelo projeto tornaram-se adquirentes legais, amparados pela Lei Municipal nº 5338/10, de 15 de junho de 2010.

## 2.2. O CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES ATRAVÉS DA POLÍTICA HABITACIONAL

Através do Programa Minha Casa Minha Vida, várias famílias foram beneficiadas com uma casa própria. Sendo um dos critérios para concorrer à aquisição da mesma, segundo a Portaria 595, de 18 de dezembro de 2013, do Programa: - Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. Mas há ainda o desemprego fazendo com que famílias sofram com a desigualdade social.

O trabalho social em habitação de interesse social é um componente essencial da política habitacional e urbana. Configura-se como processo de trabalho em territórios determinados, que efetiva um amplo leque de ações, permeado por uma perspectiva socioeducativa e política, pautado nos valores democráticos e de justiça social. O horizonte do trabalho é a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia, aos serviços públicos e o incentivo e fortalecimento da participação e organização autônoma da população. O trabalho social deve estar articulado e conectado às diretrizes da política urbana e habitacional (BRASIL, 2010, p.70).

Portanto, a presença de Assistentes Sociais nos Programas Habitacionais é um espaço para que possam ser discutidos vários assuntos que servirão para a transformação da sociedade, dentre eles o combate a toda e qualquer forma de violência e discriminação contra a mulher. Bem como incentivo de geração de trabalho e renda, que é desenvolvido através de elementos básicos de metodologias do trabalho social na habitação de interesse social, formação e capacitação, compreende-se que o

Conjunto de ações educativas que combina atividades informativas e formativas, que ocorrem durante todo o processo de implantação dos programas e projetos, envolvendo lideranças locais e o conjunto de moradores, com objetivo de desenvolver a noção de direitos sociais, socializar a informação, promover a apropriação de novos conceitos, valores e provocar mudanças de postura e o exercício cotidiano da prática cidadã, como exemplo: cursos, palestras, oficinas, seminários, dos mais diversos temas e assuntos, como cidadania, participação, políticas e programas sociais, educação ambiental, relações de gênero, etc.(BRASIL, 2010, p.74).

A partir dessas ações novas perspectivas poderão fazer parte do cotidiano das mulheres, projetando um futuro melhor, em busca de autonomia.

A autonomia financeira implica, contraditoriamente, a inserção nas mediações capitalistas da sobrevivência, o que exige a articulação com o mercado, com a produção e com a dinâmica das atividades sociais. As horas de trabalho para o outro não são equivalentes às horas para si, mas criam também um tempo com os outros, de mediações sociais e políticas. A capacitação para assumir e enfrentar a sobrevivência pode ser uma das mediações de fortalecimento dos sujeitos (FALEIROS, 2011, p. 63).

Contudo, há de se ter uma atenção no sentido de que a “autonomia” realmente seja em prol da valorização do sujeito, não somente financeira, mas com o ideal voltado para a promoção de mudanças na vida das mesmas. Nessa perspectiva, propõem-se que as mulheres sejam livres para tomar suas próprias decisões, serem independentes, conquistarem suas aspirações.

Dessa forma busca-se empoderar as mulheres com o espírito de empreendedorismo. O empoderamento que segundo Faleiros (2014, p. 710) significa:

Os sujeitos demandantes de serviços sociais são confrontados com um cotidiano de relações de exclusão e ao mesmo tempo de aceitação ou rejeição das suas exclusões e os profissionais tem o desafio de contribuir para mudanças de trajetória no processo de empoderamento dos sujeitos em relações de direito e as condições concretas de sobrevivência.

Faleiros (2011), utiliza o termo *empowerment* como um processo necessário de poder de intervenção social, através do qual os usuários possam enfrentar as questões relacionais complexas do dia. Nesse sentido o assistente social é um mediador que visa intervir nas relações de força, sobre tudo agindo na contradição como forma de desconstruir fragilidades que impedem o desenvolvimento dos sujeitos.

Fazer com que elas produzam resultados, e façam diferença na sua comunidade, ampliando a sua visão de oportunidades, possibilitando formas de condições de sobrevivência solidificadas.

Os cidadãos devem ter em mente que o desenvolvimento sustentável da sociedade compete ao Estado, e, também, aqueles que nela vivem. Assim, a promoção do bem-estar social deve ser resultado da cooperação e ação de cada um em resolver as questões que lhe afligem. Dentro deste



contexto, surgirão os empreendedores sociais que objetivarão, além da resolução dos próprios problemas, também, a resolução dos que afetam o meio em que vive (MANCINI, s.d., p.08).

Sendo assim, alternativas devem ser implantadas nas comunidades, como forma de enfrentar os problemas sociais, oriundos principalmente da falta de emprego objetivando a melhoria de uma sociedade. Sugere-se como alternativa para o enfrentamento dos problemas sociais, o empreendedorismo social, capaz de propor mudanças na vida das pessoas.

Identificado como um indicador de emancipação social, o ousar saber é um desafio histórico para setores críticos da sociedade no sentido de fomentar a razão, o conhecimento e a consciência crítica autônoma, evitando o irracionalismo, suas roupagens e falsas consciências que levam ao conformismo da situação vigente sem vistas as perspectivas emancipatórias (LUIZ, 2013, p. 66).

Portanto, buscar a emancipação social<sup>3</sup> para as mulheres de baixa renda é viabilizar meios de conciliar as atividades do seu cotidiano com o empreendedorismo local, gerando renda, explorando assim a criatividade de cada uma delas. promovendo a sua condição de cidadã.

Que a compreensão, bem como, o tratamento da nova pobreza na globalização atual, que se apresenta como uma nova dimensão da expressão da questão social no Brasil, requer uma inovação nas formas de seu enfrentamento, bem como, afim de gerar autonomia e não paternalismo junto aos seus usuários. O empreendedorismo social, é sem dúvida, uma alternativa emergente para esta finalidade (OLIVEIRA, s.d., p.10).

Entretanto, o empreendedorismo vai requerer que investimentos sejam realizados para que haja uma valorização do negócio. Por esse motivo a capacitação profissional torna-se necessária para ampliar o conhecimento, dando maior visibilidade ao empreendimento e motivando ainda mais seu empenho.

...no contexto atual emerge, portanto, como uma via promissora da renovação da intervenção social, das oportunidades do mercado de trabalho, da criação de formas alternativas de produção econômica e de participação social e democrática. Este quadro promissor, além de carrear rapidamente em várias partes do mundo o apoio de agências dotadas de programas sociais e órgãos públicos, tem suscitado o interesse como objeto

---

<sup>3</sup> Processo molecular de elevação da consciência crítica e do protagonismo social autônomo das classes subalternas (LUIZ, 2013, p.121)

de debate e de investigação nas universidades, centros de pesquisa e assessorias (SOUZA, 2011, p.23).

Assim, é necessário que a capacitação tenha um foco específico, para que agregue valor à pessoa, visando buscar soluções e ideias, que possibilitarão a efetivação do seu empreendimento. Ou seja, a capacitação deverá ser de acordo com aquilo que se pretende implantar, comercializar. Quanto mais conhecimento sobre o seu negócio menores serão as chances de não ter um bom êxito.

Diante do atual cenário de desigualdades que imperam em praticamente todos os países, onde o Estado mostra-se impossibilitado de promover a distribuição equitativa de recursos, o empreendedor social apresenta-se como um agente que pode auxiliar no processo de extinção das discrepâncias existentes entre os cidadãos, promovendo através de suas ações um desenvolvimento sustentável na sociedade em que está inserido (MANCINI, s.d., p.08 ).

Portanto, pensar em capacitação para as mulheres de baixa renda, com o intuito de tornarem-se empreendedoras na comunidade onde vivem, necessita a realização de um planejamento para que alcancem seus objetivos. Tendo como princípios: ideia, força de vontade, investimento, capacitação profissional e gostar do que se está fazendo.

... indica-se a continuidade da capacitação de moradores, como também iniciar a discussão e o apoio às formas de produção coletivas, a constituição de associações e ou cooperativas de produção. As experiências de cursos de empreendedorismo, mesmo na simplicidade do fazer artesanal, podem ajudar e estimular projetos coletivos de geração de renda. As parcerias com outros setores do município e com as instituições ou empresas privadas representam um potencial para abrir espaços de trabalho para os interessados (BRASIL, 2010, p.112).

Desta forma, alternativas como gastronomia: doces, salgados, viandas comercializados no próprio bairro. Podendo ser logo após difundido para outros locais da cidade; ou através do artesanato que é tão vasto: tapeçaria, reciclagem, restauração de objetos. Considera-se que esses produtos quando divulgados podem ser expostos em feiras da cidade. Oportunizando com que as mulheres venham a produzir em grupo, organizando-se e buscando conhecimento sobre o empreendedorismo, que segundo Dornelas (2008), uma das consequências para a busca do empreendedorismo é:

... a preocupação com a criação de pequenas empresas duradouras e a necessidade da diminuição das altas taxas de mortalidade desses empreendimentos são, sem dúvida, motivo para a popularidade do termo empreendedorismo, que tem recebido especial atenção por parte do governo e de entidades de classe. (DORNELAS, 2008, p. 15).

Destaca-se assim a necessidade de haver o incentivo por parte do governo, para estimular a economia local como forma de desenvolvimento da comunidade gerando autonomia aos cidadãos. Nesse sentido o Assistente Social que é um profissional intervencionista atuando nas diversas expressões da “questão social”.

O trabalho social, como componente estratégico dos projetos de habitação, deve ser desenvolvido pelos agentes executores com todas as famílias beneficiárias, sendo que os normativos dos programas preveem participação de profissionais qualificados da área social e a responsabilidade técnica de Assistentes Sociais ou Sociólogos, que integram a equipe da Unidade Executora Local (UEL), responsável pelos projetos contratados (BRASIL, 2010, p.04).

Pois diante das desigualdades sociais que são muito habituais em diversas áreas, como é o caso da habitação, o Serviço Social é solicitado para a garantia dos direitos. Considerando que através do trabalho social desempenhado pelos profissionais serão abrangidos assuntos que de forma coletiva irão atender as demandas da população usuária.

A presença significativa das mulheres nos projetos habitacionais e nos territórios gera a importância de se considerar no trabalho social as relações de gênero e as manifestações de dominação, discriminação, machismo e violência doméstica. Posturas conservadoras que não contribuem para a cidadania ativa. Não se pode perder a perspectiva coletiva, que aponta para a organização da população para reivindicar e lutar por direitos e melhores condições de vida. (BRASIL, 2010, p.58).

Diante disto, temos que ressaltar o compromisso do Assistente Social com a classe trabalhadora, a qual faz parte do cotidiano profissional que desempenha-se através do Projeto ético-político.

... o projeto-ético político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Esta vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas,

embutidos determinada direção social entrelaçada por uma valoração específica (TEIXEIRA, 2009, p.189).

Com isso, o Serviço Social na área habitacional, através da gestão, planejamento e execução dos programas habitacionais e do trabalho social, viabiliza direitos, permitindo a essas mulheres o resgate da cidadania e o fortalecimento das mesmas. Segundo a Secretaria Nacional de Habitação:

...cabe destacar, ainda, a participação dos assistentes sociais no Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) e no Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU), além de assessoria a diversos movimentos locais, através de organizações não governamentais, somando-se a outras categorias profissionais e movimentos sociais, na defesa do direito à cidade e a moradia digna (BRASIL, 2010, p.51).

Com isso, o assistente social na área da habitação, promove a construção da cidadania, atendendo as demandas, construindo espaços democráticos, utilizando-se do seu fazer profissional através das dimensões ético-política e técnico-operativa.

A gestão assegura os fluxos de ação inerentes ao trabalho social visando aos resultados pretendidos; percorre todas as fases do programa habitacional. Inclui o suporte às intervenções físicas, a escuta da população, o conhecimento e diagnóstico social, a mobilização e organização comunitária e as ações propriamente de fortalecimento dos moradores para consolidação do direito à moradia digna e à cidade (BRASIL, 2014, p.34).

Entende-se que o processo de trabalho do assistente social na execução da Política Habitacional viabiliza para a população beneficiada pelo programa de habitação, não somente a contemplação de uma moradia, mas também realizar uma leitura da realidade na comunidade para possibilitar a ela condições de exercer sua cidadania, visando a promoção da sua autonomia e inclusão social.

### 2.3 O ESPAÇO DA MULHER NAS ALTERNATIVAS DE TRABALHO

Oliveira (1999) menciona que as mulheres encontram dificuldades para ascender na carreira, mesmo nas socialmente consideradas “carreiras femininas”, são a expressão maior das relações de poder entre os gêneros. Percebendo-se com isso que até mesmo nos dias atuais essas dificuldades são visíveis, perante um governo que não aceita ter como Presidente uma mulher. Constatamos por aí o quão essa situação se faz presente no país.

O significado social da desqualificação da capacidade das mulheres para assumirem cargos de direções ou chefias é tão forte para elas, que chega a agir como processos destrutivos na construção de sua identidade, além do fato de que, para serem reconhecidas profissionalmente, são na maioria das vezes obrigadas a esforçarem-se muito mais que os homens que ocupam as mesmas funções que elas (OLIVEIRA, 1999, p. 97).

Para além do agravo da situação, em determinadas circunstâncias, a baixa remuneração das Mulheres fazem com que elas abram mão de trabalhar fora, muitas vezes.

Ao longo da jornada de trabalho, o tempo de trabalho se desdobra em duas partes. Numa delas, o trabalhador produz o valor correspondente àquele que cobre a sua reprodução – é a esse valor que equivale o salário que recebe; tal parte da jornada denomina-se tempo de trabalho necessário. Na outra parte, ele produz o valor excedente (mais-valia) que lhe é extraído pelo capitalista; tal parte denomina-se tempo de trabalho excedente. A relação entre trabalho necessário e trabalho excedente fornece a magnitude da taxa de mais-valia que é, decorrentemente, a taxa de exploração do trabalho pelo capital (NETTO, 2010, p. 106).

Sendo que a dupla jornada de trabalho torna-se exaustiva, o que não compensa para alguém que tem ainda como responsabilidade os filhos para criar. A situação agrava-se ainda mais devido muitas não terem com quem deixar seus filhos para poderem trabalhar. Segundo Bila Sorj:

As mulheres que participam do mercado de trabalho recebem, em média, uma renda inferior à dos homens. Quando as condições de vida das famílias não são significativamente melhoradas pela renda que as mulheres aportam, elas são e se sentem encorajadas a abrir mão do trabalho remunerado para se dedicar aos cuidados dos filhos. A limitada oferta dos serviços públicos destinados ao cuidado de crianças no país (2004, p.111).

Por esta razão percebe-se que existe uma limitada oferta de creches públicas, não sendo suficiente para suprir a demanda de crianças que necessitam desse serviço, e que, no entanto, muitas mulheres devido à baixa escolaridade<sup>4</sup>, encontram dificuldade em conseguir um emprego que as remunere o suficiente para subsidiar uma creche particular. Outras mesmo não tendo filhos e recebendo algum tipo de

---

<sup>4</sup> Segundo informações nos cadastros da Secretaria de habitação, média de escolaridade ensino fundamental.

benefício o valor não comporta os gastos do dia-a-dia, pois em sua maioria vivem do salário mínimo, que por muitas vezes por serem provedoras do lar torna-se insuficiente o valor recebido.

A distribuição desigual dos investimentos femininos entre o mercado de trabalho e a família se sustenta no princípio cultural de que as prioridades femininas residem na esfera doméstica e as masculinas nas atividades profissionais. Este princípio faz que os homens e mulheres entrem no mercado de trabalho em posições qualitativamente diferentes. Quando as mulheres entram no mercado de trabalho não são livres, da mesma maneira que os homens, para o trabalho contratado e o fazem a partir de uma posição inferiorizada pelo trabalho doméstico (SORJ, 2004, p.112)

Dessa forma, no mercado de trabalho, a Mulher ainda é desvalorizada, pelo fato de ter gestações, devido durante o período de gravidez ter que realizar exames pré-natal, e em muitos casos a gestação ser considerada de risco, o que requer que a gestante faça repouso e também a questão da amamentação.

... o decantado prejuízo econômico atribuído à oferta de trabalho às mulheres no mundo do capital, pois elas potencialmente podem engravidar e as empresas precisam pagar os direitos trabalhistas, carrega um argumento falacioso, uma vez que os salários das mulheres são mais baixos e sua ascensão na carreira e aos cargos é dificultada (OLIVEIRA, 1999, p. 33).

Com isso, essa situação é questionada pelo empregador, que visa o lucro, e, portanto, leva em conta todas essas questões no momento de contratar uma mulher. Para Oliveira (1999, p. 62), “As mulheres são frequentemente, postas em situações dilacerantes diante da escolha da maternidade, do aleitamento e do desmame, provocando sequelas profundas na esfera psíquica”. Havendo também a questão das mulheres que tem filhos pequenos a dificuldade em conseguirem uma vaga de emprego, pois as crianças ao ficarem doentes, na maioria dos casos quem desempenha os cuidados é a mãe, o que torna mais difícil a colocação no mercado de trabalho.

A desigualdade de gênero que segundo Oliveira (1999, p. 70) “É a categoria que explica a relação de poder entre os sexos e nos dá a dimensão social da desigualdade sexual com base na naturalização e biologização dos sexos”, é ainda um fator que pesa muito no que se refere ao emprego.

... e as mulheres estão cansadas de serem as únicas responsáveis pelos cuidados dos filhos e da casa. Recordemos que a maternidade é uma responsabilidade de toda a sociedade, e não somente das mulheres; assim, é necessário discutir as tarefas que competem ao Estado, aos empresários e ao casal com respeito ao nascimento e à educação das gerações que virão (SOARES, 2004, p.177).

O Brasil, predominantemente foi formado pela ordem patriarcal, em decorrência disso, a mulher ainda é tratada no mercado de trabalho de forma desigual. Segundo estudo realizado:

os rendimentos médios reais por hora nos grupos ocupacionais homogêneos predominantemente masculinos superam os pagos naqueles aglomerados de ocupações consideradas femininos, no triênio 2011-2013. Algo relativizado apenas pela situação encontrada em Porto Alegre, onde, nas ocupações típicas de mulheres, os ganhos por hora excediam os recebidos pelos homens nas atividades comumente exercidas por eles em R\$ 0,20 por hora. As maiores diferenças entre os rendimentos médios dos dois grupos de ocupações foram encontradas nas regiões metropolitanas de Fortaleza (- 41,2%), de Salvador (-34,2%) e de Recife (-30,2%) (DIEESE, 2014,p.13).

A desigualdade salarial, ainda é um fator que se reproduz na vida das mulheres, através do qual os homens possuem ranços de dominação em todas as esferas da sociedade no que se refere a cargos e salários mais elevados.

No nível socioeconômico, as desigualdades se manifestam na divisão sexual do trabalho, nas menores oportunidades das mulheres para entrar no mercado de trabalho, na baixa qualidade da maioria dos empregos femininos e uma maior privação no acesso aos bens materiais. Fazem mais esforços que os homens para serem escutadas e valorizadas (SOARES, 2004, p. 173).

Sendo assim, a situação dessas mulheres torna-se cada vez mais difícil, levando em conta uma série de fatores que contribuem para a falta de oportunidades que façam com que elas não obtenham uma qualidade de vida favorável para si e os que com elas convivem.

Quando tratamos do enfoque de gênero, isso significa promover as mulheres como agentes sociais e políticos, assim como tratar de eliminar as restrições que sofrem para assumir a condição de par no espaço público dominado pelos homens. Uma nova ordem que não se sustente na subordinação e na dependência das mulheres, mas na igualdade e, portanto, em relações sociais mais justas, democráticas e plurais (SOARES, 2004, P.178).

Com isso faz-se necessário o entendimento que muitas mulheres querem produzir algo, mas não têm uma motivação, outras ao fato de ter que cuidar dos filhos ou de pais e mães acamados, de forma que não podem sair para trabalhar fora.

Trabalhadoras ou mães? – Este é um dilema que não pode mais ocorrer neste século. A transferência para a esfera pública de uma maior parte do trabalho como os cuidados com os filhos, os velhos e enfermos é uma forma de aliviar este trabalho reprodutivo não-remunerado e convertê-lo em trabalho produtivo e remunerado, que por sua vez criaria mais empregos e daria oportunidade para profissionalização de muitos destes serviços (SOARES, 2004, p. 177).

Portanto estratégias devem ser criadas pelo Estado, para suprir essas demandas que acaba por se tornar um trabalho reprodutivo para as mulheres. Proporcionando assim, que as mulheres possam acessar o mercado de trabalho de maneira que obtenham um trabalho remunerado, compatibilizando uma vida integrada com a vida pessoal e comunitária.

As condições materiais de existência e reprodução da sociedade - vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza : a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos atendem à suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos trabalho (NETTO, 2010, p. 30).

Entretanto, as demandas e expressões da questão social: desemprego; violência; falta de moradia; saúde, entre outras manifestações, estão diretamente relacionadas ao perfil traçado das famílias. A falta de informação e os obstáculos no acesso aos direitos retratam uma população fragilizada no que se refere à cidadania. O baixo nível de escolaridade, portanto, a baixa qualificação profissional limitam as vagas no mercado de trabalho para as mulheres.

... as famílias e domicílios que dependem exclusivamente do trabalho feminino são mais vulneráveis, em função das atividades de baixa remuneração e a alta incidência de trabalho informal e precário e da discriminação da mulher no mercado de trabalho, incidindo sobre a feminização da pobreza (BRASIL, 2010, p. 58).

Dessa forma há de se viabilizar meios com que essas mulheres tenham acesso a cursos de formação e capacitação. Possibilitando através do trabalho



social que faz parte do Programa de Habitação, alternativas que viabilizem melhores condições de vida.

Paul Singer (2008) salienta que, com a globalização o mundo abriu-se para as novidades do consumo, com isso houve a ampliação da importação em nosso País, resultando em um elevado crescimento do desemprego. Vários são os elementos que levaram ao desencadeamento do desgaste das relações de trabalho, pois devido aos nossos governos terem liberado a abertura de mercado, não controlando com isso o sistema financeiro, resultando em um volumoso capital externo inserindo-se em nosso país, dispensando com isso milhares de trabalhadores.

Uma relação de emprego só existe quando alguém, em geral uma firma, dá um emprego a alguém. A própria linguagem é enganadora. Não há qualquer dação, mas compra e venda. O emprego resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado. Os empresários gostam de falar de oferta de emprego, como se o emprego fosse alguma dádiva que a firma faz ao empregado. Na realidade é ao contrário: é o trabalhador que oferece, ele que é o vendedor; e a mercadoria não é o emprego, mas a capacidade de produzir do trabalhador. A firma empregadora é o comprador, o demandante e, como tal, paga o preço da mercadoria – o salário (SINGER, 2008, p.12).

E com isso, a dificuldade em conseguir um emprego, está atrelada à ideia de que existe uma oferta, como se fosse um favor sendo feito aos desempregados. Mas não, estamos diante da contradição importam-se produtos – diminui-se a mão-de-obra; oferta-se vaga de emprego? Não, precisa-se do profissional. E, no entanto, explora-se com a escassez de vagas.

Singer (2008) aborda sobre a Terceira Revolução Industrial que substitui o trabalho humano, pelo computador, causando uma aceleração na produtividade do trabalho em inúmeros serviços tais como: indústria, processamento, transmissão e arquivamento de informações. Essa tendência se traduz na ação antes realizada por funcionários que atendiam ao público, através do qual o próprio usuário realiza em forma de auto-serviço.

Para Singer (2008), existe a chamada “precarização do emprego”, na qual as empresas terceirizam os serviços como forma de diminuir os gastos com funcionários, a modalidade é chamada de prestação de serviços, através da qual na maioria das vezes é realizada por um profissional autônomo que muitas vezes não possui um contrato, sendo somente um acordo, fazendo com isso que a empresa contratante obtenha um menor custo de trabalho. Eis que assim, forma-se um

contingente de pessoas desempregadas, e nesta situação evidencia-se a falta de emprego para muitas mulheres, ocasionando assim a exclusão social.

No mundo capitalista de produção, a relação de trabalho/salário, estável ou precária, determina a sobrevivência de grande parte das pessoas. Outros vivendo como autônomos integram, no entanto, o mercado capitalista, com mais ou menos lucro, e outros sem condições de nele se inserir “positivamente”, ao menos em parte, se vêem em relações de exclusão. Ou seja, não têm como vender sua força de trabalho, são considerados “imprestáveis” e, assim, desvalorizados (FALEIROS, 2011, p. 47).

Com isso, o autor reforça a ideia de que muitas pessoas não consideram as donas de casa como trabalhadoras por não gerarem renda. Ressalta-se ainda o fato de a dona de casa sentir-se, muitas vezes, excluída por não ter um papel financeiro, embora o seu trabalho seja imprescindível para que os demais moradores da sua casa executem sua rotina dentro do padrão atual do trabalho.

### **3 SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA**

Este capítulo abordará um breve histórico sobre a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria – SMHRF, bem como O percurso histórico do trabalho do Serviço Social junto à Secretaria Municipal de Habitação.

#### **3.1 A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE SANTA MARIA – SMHRF**

A localização da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária é no 5º andar do Centro Administrativo Municipal, Rua Venâncio Aires, número 2277, no bairro Centro, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Pertencendo a Prefeitura Municipal de Santa Maria.

No ano de 2013 ocorreu uma reforma administrativa, a partir da qual a Secretaria passou a ser dividida em três programas: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Programa Morada Feliz (Regularização Fundiária).

Devido às alterações feitas na administração, a Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária já teve outras denominações, pois até o ano de 2009 esteve vinculada às Secretarias que tratavam de obras e infraestrutura. Por motivo de mudanças nas administrações, as áreas de atuação da mesma também foram alteradas ao longo do tempo, até chegar à designação de Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. Seu caráter público se manteve devido a ser agente do sistema da administração pública municipal de Santa Maria -RS.

Através da Lei Municipal Nº 4300/00 de 04 de janeiro de 2000: Autoriza o Poder Executivo e celebra convênio com a Secretaria Especial de Habitação – SEHAB/RS no âmbito do Programa habitar/98, foi aprovada na Gestão do Prefeito Municipal Osvaldo Nascimento da Silva. Teve por objetivo a construção de 105 unidades habitacionais que iriam atender a famílias que tivessem por renda até 03 salários mínimos que estavam vigorando na época. Nesta Lei, em sua cláusula décima primeira, a instituição do Conselho e o Fundo Estadual de Habitação que propõe o estímulo à:

Deve ser estimulada a participação da comunidade na implementação das obras e na gestão dos recursos financeiros destinados ao programa bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos. O acompanhamento dessas atividades se dará através da criação de Conselho Municipal de Habitação cuja composição partidária deverá refletir os vários segmentos da Comunidade local e tendo a ele vinculado um fundo destinado a apoiar financeiramente ações habitacionais consideradas prioritárias (em atendimento a Lei 10.529/95, capítulo VII, art. 20 de julho de 1995).

Sendo somente instituído este conselho na administração municipal do Prefeito Valdeci Oliveira, por meio da Lei Municipal 4415/01 de 05 de fevereiro de 2001.

Na Gestão Municipal do Prefeito Cezar Augusto Schirmer, em janeiro de 2009, logo no seu início a então Secretaria é suprimida. Sendo que ainda em sua gestão ela torna-se instituída então com o nome de “Secretaria de Município de Infraestrutura, Habitação e Serviços” através do Decreto Executivo Nº 065 de 1º de Junho de 2009. Objetivando o Planejamento, Proposição e a Execução das Políticas da Habitação, Regularização Fundiária, obras e serviços de infraestrutura. De acordo com o artigo 72 do Decreto Executivo Nº 065.

Segundo a Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária, a LEI MUNICIPAL nº 5338 de 15 de junho de 2010, tem como principal objetivo: regularizar a situação imobiliária do município e viabilizar a organização urbanística da cidade, solucionando o problema dos cerca de 60 mil lotes irregulares existentes na cidade. Também a prestação de serviços como: requerimento de certidão de abertura de vala, certidão para fins de ligação de água, na qual a CORSAN é a responsável no município pelo saneamento básico.

Através do Artigo 7º da Seção II do Capítulo II da Lei nº 5659, de 26 de Junho de 2012, que estabelece a Política Municipal de Habitação de Interesse Social e dá outras providências, quanto aos recursos financeiros utilizados pelo Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social, executado pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, pode-se dizer que são provenientes do orçamento municipal de cada administração, estando assim dispostos, segundo pesquisa realizada no site da Câmara de Vereadores de Santa Maria:

**Art. 7º** Os recursos do SMHIS são provenientes:

- I. Do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, criado pela Lei Municipal nº 4415/01, de 05 de fevereiro de 2001;
- II. Do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS;
- III. Do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS; e
- IV. De Outros fundos, ou programas que vierem a ser incorporado ao SMHIS (SANTA MARIA - CÂMARA DE VEREADORES, 2012, Seção II).

O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) recebe os recursos transferidos do Orçamento Geral da União (OGU) que é repassado ao poder público, havendo ou não a contrapartida do município.

Quanto aos recursos humanos, o quadro de funcionários está organizado entre Cargos de Confiança, indicados por entidades políticas, servidores públicos municipais, nomeados através de concurso público e estagiários curriculares e extracurriculares.

As Políticas Públicas ligadas à habitação têm por finalidade a execução e fiscalização com o intuito de que Áreas de Risco, Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas Insalubres da cidade de Santa Maria, não sejam ocupadas irregularmente. Devido a estas áreas não possuírem capacidade para que nelas sejam construídas moradias, podendo causar danos à saúde dos moradores.

Segundo a LEI COMPLEMENTAR Nº 080, DE 17 DE JANEIRO DE 2011 Dispõe sobre a concessão de direito real de uso para fins de moradia aos ocupantes de áreas de propriedade do Município de Santa Maria e dá outras providências:

Art. 3º Não são passíveis de concessão de direito real de uso:

I. áreas localizadas em topo de morros, áreas alagadiças, áreas de risco, áreas verdes, áreas institucionais, áreas destinadas à circulação e áreas de preservação permanente;

II. áreas cujas características geológicas e topográficas tornam-se inaptas ao uso residencial;

Então, os programas de habitação devem garantir os direitos às pessoas que contemplarem os critérios federais e municipais para a participação nos programas habitacionais. Pois a ocupação de áreas irregulares torna-se a única alternativa para muitas famílias em situação de vulnerabilidade.

Derivada dessa situação, constatou-se que o público atendido pela Instituição tem por enfoque famílias que residam em áreas de risco, e/ou mulheres na condição de pessoas de referência familiar, e/ou famílias que façam parte pessoas com deficiência, e/ou famílias constituídas por filhos menores de 18 anos, e/ou famílias que façam parte 3 ou mais filhos menores de 18 anos, bem como aquelas já inseridas em programas federais de transferência de renda (Bolsa-Família).

O Bolsa Família segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, varia conforme a composição familiar, podendo ser no valor de R\$ 35,00 à R\$ 77,00 (sendo calculado de acordo com a renda e quantidade de pessoas da família), Assim o valor poderá ultrapassar entendendo que muitas famílias vivem em extrema pobreza.

O assistente social é o profissional que trabalha com políticas sociais, de corte público ou privado e não resta dúvida ser essa uma determinação fundamental na constituição da profissão, impensável mais além da interferência do Estado nesse campo. Entretanto as políticas sociais públicas são uma das respostas privilegiadas à questão social, ao lado de outras formas, acionadas para o seu enfrentamento por distintos segmentos da sociedade civil, que têm programas de atenção à pobreza, como as corporações empresariais, as organizações não governamentais, além de outras formas de organização das próprias classes subalternas para fazer frente aos níveis crescentes de exclusão social a que se encontram submetidas (IAMAMOTO, 2000, p.57).

Neste contexto analisa-se que a política habitacional, se estabelece como forma de mediação entre a intervenção do Estado e as demandas da sociedade. Na

qual se busca através da implantação de programas habitacionais, solucionar parte da questão da falta de moradia. Pois sabe-se que os recursos não são suficientes para atingir a contemplação no âmbito que resolvam a falta de moradia.

### 3.2 O PERCURSO HISTÓRICO DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

A profissão do Assistente Social tem sua regulamentação através da Lei 3252, seguida pelo Decreto de 15 de Maio de 1962. Possui um Código de Ética Profissional (1993) que apresenta caráter jurídico e normativo. É através dele que o assistente social é orientado na execução do seu trabalho.

O Código de Ética representa o compromisso ético-político e define os direitos e deveres dos Assistentes Sociais. Sendo que esse profissional faz frente à Política de Habitação, tornando o trabalho transparente e sério nas ações que lhes forem atribuídas, contemplando com o código de Ética do Assistente Social (RESOLUÇÃO CFESS Nº 273 de 13 março de 1993 Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social) que em seu Artº 5º inciso IV da Lei 8.662 (p.46), constitui atribuição privativa do Assistente Social: Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de serviço social.

O Serviço Social se fez presente na área da Habitação do município, mesmo quando ainda não havia uma Secretaria específica com esta temática até 2010. A Habitação já contou com 02 Assistentes Sociais em períodos distintos até o ano de 2009, 01 de 2012 a 2013.

A Assistente Social que atua no Programa “Minha Casa, Minha Vida” foi nomeada em fevereiro de 2012, após aprovação em concurso público específico, e atua desde então no PMCMV e na Regularização Fundiária, no que compete às suas atribuições. Para estas atribuições, a Assistente Social necessitou de diversas estratégias de intervenção:

As estratégias são processos de articulação e mediação de poderes e mudança de relações de interesses, referências e patrimônio em jogo, seja pelo rearranjo de recursos, de vantagens e patrimônios pessoais, seja pela efetivação de direitos, de novas relações ou pelo uso de informações. As estratégias implicam investimentos em projetos individuais e coletivos que tragam a rearticulação dos patrimônios, referências e interesses com vistas à re-produção e à re-presentação dos sujeitos históricos. Reproduzir-se é atender às necessidades de sobrevivência nas relações sociais dadas

historicamente e re-presentar-se significa o processo de re-construção da identidade (FALEIROS, 2011, p. 76).

Portanto o trabalho das Assistentes Sociais na habitação, ocorre através de estratégias que estão assim distribuídas: Uma das profissionais é responsável pela elaboração, gestão e fiscalização dos Trabalhos Sociais no PMCMV, PAC e Regularização Fundiária, outra profissional é responsável pelos atendimentos e visitas domiciliares referentes ao PAC e a outra profissional é responsável pelo planejamento, gestão e execução das atividades referentes à seleção de beneficiários para o Programa Minha Casa Minha Vida.

O trabalho social em programas habitacionais precisa adotar a intersetorialidade como elemento central nas suas metodologias, procurando se aproximar da diversidade da dinâmica territorial e compreender as várias dimensões presentes, assim como estratégias dos diferentes atores com muitos e distintos interesses territoriais. É necessário estabelecer uma série de mediações para explicitação e pactuação de conflitos e interesses e articulações intersetoriais através de planejamento e ações conjuntas (BRASIL, 2010, p. 39).

Assim, o objetivo do profissional Assistente Social na instituição é coordenar, executar e fiscalizar o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida.

Desta forma, o profissional de Serviço Social, faz a frente nas demandas dos programas habitacionais. Pois participa desde a inscrição dos usuários a concorrerem à casa própria; no processo que envolve a parte burocrática (documentos necessários para participar do sorteio – que requer análise); o sorteio; entrevista e conferência de documentos (pós sorteio), a serem enviados para Caixa Econômica Federal; Sorteio de lotes às famílias beneficiadas e entrega das chaves; Aplicação do trabalho social que engloba cursos, palestras, entre outras ações que tem a intenção de promover a qualidade de vida das famílias beneficiadas.

O trabalho social inicia antes da contratação, apoiando a discussão da área, do projeto, do regime de construção (que pode ser por autoconstrução, mutirão assistido, autogestão, administração direta ou empreitada global) e das formas de participação na gestão da produção do empreendimento. A formação da vida comunitária e a busca por qualidade de vida são características que ultrapassam a construção da moradia. O processo qualifica a forma de inserção social daqueles que dela participam, influencia a comunidade do entorno e tende a marcar a forma de organização da comunidade e a maneira como é reconhecida externamente (RODRIGUES, 2014, p. 63)

Com isso, o trabalho técnico social será implementado de acordo com as seguintes diretrizes, estabelecidas na Portaria nº 93, de 24 de fevereiro de 2010, segundo Ministério das Cidades (BRASIL, 2012, p. 84):

- a) divulgação de informações sobre o Programa;
- b) estímulo à organização comunitária visando à autonomia na gestão democrática dos processos implantados;
- c) discussão, planejamento e implantação de gestão condominial; e
- d) disseminação de conceitos de educação patrimonial e educação ambiental, que internalizados pelos beneficiários favorecem a correta ocupação e manutenção dos imóveis e dos espaços comuns.

Sendo estas diretrizes o conjunto de ações que visam à convivência coletiva, bem como à qualidade de vida dos usuários. Realizando dessa forma a integração dos sujeitos, através de esclarecimentos, criando condições de socialização entre todos.

Na área habitacional o Assistente Social tem responsabilidades específicas e crucial para dar um respaldo à desigualdade habitacional. Promover a cidadania dos usuários da política habitacional consiste em uma delas. Hoje a habitação de qualidade não é vista apenas como o acesso a moradia, e sim o acesso ao saneamento básico, mobilidade urbana, sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Portanto, um projeto social que viabiliza a construção de um conjunto habitacional em um local sem condições de moradia e bem estar da comunidade, não é mais bem visto no ambiente profissional e o Assistente Social, precisa estar atento às modificações ocorridas na profissão, assim como nos espaços ocupacionais no qual está inserido (SANTO, 2014, p. 138).

Diante disso, destaca-se a importância da qualificação e capacitação dos profissionais para atuarem com as demandas que a área da habitação requer. Sendo que esta área abarca vários elementos que exigem atenção, pois refere-se a famílias que há muito já se encontraram em situações de vulnerabilidade social e que, no entanto, têm a oportunidade de vivenciar mudanças não somente de casa, mas de vida. Com a oportunidade de acesso a informações de maneira que possam apropriar-se de melhorias no convívio comunitário.

O Assistente Social na habitação como em qualquer área de atuação deve garantir o acesso aos direitos e amenizar as expressões da questão social, na busca da equidade e da cidadania plena. Contudo, para isto ele deve estar atualizado profissionalmente para saber utilizar de forma correta seus



instrumentos de trabalho, como as políticas e programas habitacionais, sem esquecer-se do compromisso ético-político da profissão. Somente assim o Assistente Social mediará os conflitos existentes na sociedade, realizando suas atribuições privativas de fato (SANTO, 2014, p.144).

Sendo que, os usuários atendidos na Instituição são pessoas que sofrem vulnerabilidade social<sup>5</sup>, os quais não possuem nenhum acesso aos direitos sociais, incluindo a falta de moradia.

Quando um determinado sujeito procura ou se vê diante do Serviço Social, ele está numa trajetória de fragilização, de perda de patrimônio ou referências, sem atendimento de suas necessidades básicas, e é por isso que, em nosso paradigma de correlação de forças, propus o fortalecimento do dominado (empowerment) e sua defesa (advocacy) como objetivos estratégicos da intervenção em Serviço Social em contradição com a perspectiva de reforço do poder dominante ou da mera reprodução. O assistente social passa a ser um aliado do cliente/usuário em vez de um gerenciador de recursos da instituição em função dos critérios, normas e itinerários por ela estabelecidos (FALEIROS, 2011, p. 78).

E dessa forma implica também pessoas que recebam benefícios eventuais, aposentadorias, pensão por morte, pensão alimentícia, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), empregados que proveem sua renda de maneira formal ou informal, mas que o valor é considerado renda baixa, que segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário é: “Toda família com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa”, por não atender todas as necessidades da família, levando em conta a falta de moradia. O Assistente Social:

Ao atender e acolher os usuários – geralmente fragilizados, excluídos de algum direito, carente de necessidades básicas ou para além delas, o assistente social intervém na perspectiva de fortalecimento, inclusão, garantia de direito e de resgate da cidadania desse sujeito. Recuperar sua condição de cidadão pressupõe potencializar o exercício profissional, articulando o individual ao coletivo; todas as pessoas que recorrem ao serviço social (usuários) convivem em um determinado espaço geográfico e devem sentir-se incluídas, ter sua dignidade de cidadãos reconhecida na sociedade em que vivem e na comunidade onde habitam (LISBOA, 2012, p. 146).

Assim, as demandas que chegam até à Instituição são as mais variadas formas da Expressão da Questão Social. Fazendo com que o profissional Assistente

---

<sup>5</sup> Vulnerabilidade Social como o resultado negativo da relação entre as disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles individuais ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. (ABRAMOVAY, 2002,p.29).

Social através das informações transmitidas aos usuários tenha transparência para poder garantir a efetivação dos direitos:

... um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade (IAMAMOTO, 2000, p. 143).

Dessa forma, através das demandas que na maioria das vezes estão atreladas à falta de capacitação profissional, devido à oportunidade de acesso dos usuários terem sido sempre negadas, busca-se através da aquisição da casa própria pelo Programa Nacional Minha Casa Minha Vida, a oportunidade dos usuários poderem ter acesso a um trabalho social, que lhes trará a participação cidadã.

Tematizar o caráter emancipatório do trabalho social na realidade brasileira atual é contraditório, ao reconhecer a impossibilidade da emancipação humana na sociedade capitalista. Todavia é possível identificá-lo enquanto possibilidade de emancipação política, na medida em que a relação da equipe técnica, gestores e famílias, se dá na prática cotidiana e pode contribuir para fortalecer a autonomia dos sujeitos e a participação (WÜSTH, 2015, p. 25).

Sendo que a questão social está pautada com a formação da classe operária e de sua participação no cenário político, da necessidade de reconhecimento, da cidadania, dos direitos e da implantação de políticas que os beneficiem como forma de inclusão social.

A moradia é uma das necessidades básicas à reprodução social e à força de trabalho. A busca de um abrigo sempre esteve presente na trajetória do homem, na sua incessante luta pela sobrevivência. Constitui-se nas sociedades capitalistas num problema estrutural mediado pela política habitacional, responsável pela articulação do Estado com a sociedade civil. É bom lembrar que, historicamente, as diferentes formas de expressão da questão moradia, tais como, o déficit de construções as habitações subnormais, a segregação espacial, alto valor dos aluguéis, estão relacionados ao contexto social e refletem as determinações econômicas, sociais e políticas inerentes a cada época (GONÇALVES, 2007, p.177).

Com isso, a questão da casa própria, torna-se muitas vezes distante da realidade de pessoas que usam sua força de trabalho, são mal remuneradas, e que

não têm o direito da moradia assegurado, deixando parte de sua renda ao pagamento do aluguel ou morando em situações precárias.

Toda prática profissional ou social que tenha a intenção de ser emancipatória, num contexto capitalista e neoliberal, vai se defrontar com um quadro estrutural que limita tal intenção. A modernidade, em sua performance pós-moderna, possui uma direção hegemônica que reforça as injustiças, as desigualdades, a fragmentação e as subalternidades, portanto está longe de ser emancipatória. Mas, contraditoriamente, em nome de valores humano-sociais, também mostrou que é palco de tendências contra-hegemônicas, as quais precisam ser continuamente recriadas para inverter a configuração hegemônica (LUIZ, 2013, p.239).

Então a intervenção do Serviço Social na instituição é em prol do direito à moradia, que visa dar ao usuário a condição de melhor qualidade de vida, a inclusão social.

O processo de ação ou intervenção profissional não se modeliza num conjunto de passos preestabelecidos (a chamada receita), exigindo uma profunda capacidade teórica para estabelecer os pressupostos da ação, uma capacidade analítica para entender e explicar as particularidades das conjunturas e situações, uma capacidade de propor alternativas com a participação dos sujeitos na intrincada trama em que se correlacionam as forças sociais, e em que se situa, inclusive, o assistente social (FALEIROS, 2011, p. 65).

E o processo de trabalho do profissional de Serviço Social busca o embasamento para a intervenção através de respostas que efetivem o compromisso com o usuário. Mesmo que não seja ainda em sua totalidade, e sim uma forma de minimizar a situação da falta de moradia, entendendo que:

...é necessário assinalar que a reafirmação das bases teóricas do projeto ético político, teórico metodológico, e operativo, centrada na tradição marxista, não pode implicar na ausência de diálogo com outras matrizes de pensamento social, nem significa que as respostas profissionais aos desafios desse novo cenário de transformações possam ou devam ser homogêneas. Embora possam e devam ser criativas e competentes (YAZBEK, 2009, p. 25).

Assim, para que o Assistente Social chegue a uma finalidade é utilizado através dos instrumentos de trabalho de acordo com PRATES (2003, p. 108) :

Considerando o serviço Social como uma profissão, como uma especialização inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, reconhecemos que o Assistente Social é um trabalhador que desenvolve um processo de trabalho. Retomando as contribuições de Marx contidas na obra O Capital,

segundo as quais um processo de trabalho é composto por uma atividade para chegar a uma finalidade (o próprio trabalho): a matéria a que se aplica o trabalho (o objeto do trabalho); os meios de trabalho (coisa ou complexo de coisas que o trabalhador insere entre si ...

Portanto, as técnicas utilizadas pelo Assistente Social na Secretaria de habitação, desenvolvem-se pelo meio de estudo social, através da coleta de dados, a partir das entrevistas, observações e visitas domiciliares, que segundo Souza (2008, p. 126):

No que se refere às entrevistas “... é um processo de comunicação direta entre o assistente social e um usuário (entrevista individual), ou mais de um (entrevista grupal)”, através dessa técnica o Assistente Social direciona a conversa com o intuito de atingir objetivos.

Outra técnica importante é a observação. Sobre ela, Souza destaca que, “... é o uso dos sentidos humanos (visão, audição, tato, olfato e paladar) para o conhecimento da realidade”, com esse instrumento, objetiva-se investigar a realidade do usuário, promovendo assim uma interação com o mesmo.

E por fim a visita domiciliar “... tem como principal objetivo conhecer as condições e modo de vida da população usuária em sua realidade cotidiana, ou seja, no local onde ela estabelece suas relações do dia a dia: em seu domicílio”, esta técnica possui uma relevância muito importante, devido ao fato de levar em conta a universalidade a que o sujeito está vinculado, considerando não somente a sua moradia, como também a comunidade na qual vive.

Assim sendo, estas técnicas consistem em compreender e acompanhar a realidade social do usuário, bem como realizar encaminhamentos à rede de serviços.

O Assistente Social ocupa um lugar privilegiado no mercado de trabalho: na medida em que ele atua diretamente no cotidiano das classes e grupos sociais menos favorecidos, ele tem a real possibilidade de produzir um conhecimento sobre essa mesma realidade. E esse conhecimento é, sem dúvida, o seu principal instrumento de trabalho, pois lhe permite ter a real dimensão das diversas possibilidades de intervenção profissional (SOUSA, 2008, p.122).

Pois, através do processo de trabalho do Assistente Social é que se entende a realidade em que o usuário está inserido. A constatação da situação de vulnerabilidade social será apreendida através da metodologia desenvolvida pelo

profissional. Onde para fins de casos extremos, famílias que sofreram desapropriação possam ser alocadas em moradias dos programas habitacionais, por conta:

...não é permitido a venda, o aluguel ou empréstimo. Cabe a ele manter o imóvel em perfeitas condições de habitabilidade e conservação, pagar mensalmente a taxa de arrendamento (que é reajustada anualmente) e outras despesas como, por exemplo, água, energia. Durante a ocorrência do contrato pode haver desistência do arrendatário, bem como o cancelamento desse contrato por parte do arrendante, devido, por exemplo a falta de pagamento das parcelas por dois meses seguidos (GONÇALVES, 2007, p.188).

Sendo que nos programas de habitação, o profissional Assistente Social é o responsável pela elaboração de relatórios do trabalho técnico social, que serão designados todos os meses para a Caixa Econômica Federal (CEF), o órgão responsável por gerenciar e deliberar as verbas do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O encontro dos sujeitos fragilizados com o Serviço Social se dá, em geral, numa instituição. É preciso ver essa fragilização no seu movimento complexo, não só porque a pessoa é explorada (pode até não o ser), porque a realidade é múltipla. O imigrante pobre em busca de emprego, por exemplo, é uma pessoa fragilizada. Está perdendo sua cultura, sua relação cultural, sua relação afetiva, seu patrimônio. O imigrante com dinheiro pode estar descapitalizado afetiva, social, cultural ou politicamente. Não se trata só de “resgatar a essência da assistência” enquanto auxílio, mas do Serviço Social, do trabalho social nas relações de vida tecidas pelos sujeitos na sua história/trajetória (FALEIROS, 2011, p. 90).

O profissional de Serviço Social, por meio das funções desempenhadas na política da habitação, tem ocupado um espaço de suma importância. Devido à sua dedicação aos direitos sociais, políticos e civis. Promovendo ações a favor da cidadania, ocasionando o bem-estar social.

... o Serviço Social dispõe de algumas características típicas de uma profissão liberal: a existência de uma relativa autonomia, por parte do assistente social, quanto à forma de condução de seu atendimento junto a indivíduos e/ou grupos sociais com os quais trabalha, o que requer o compromisso com valores e princípios éticos norteadores da ação profissional, explicitados no Código de Ética Profissional (IAMAMOTO, 2000, p. 95).

Destaca-se a inferência ao Assistente Social devido ao fato de conhecer a realidade dos sujeitos, entendendo como as relações sociais se apresentam nos seus meios de sobrevivência, fazendo articulação com uma equipe multiprofissional, tais como: engenheiros, técnicos administrativos, arquitetos, advogados.

O trabalho social realizado na habitação de interesse social ou na urbanização de favelas desenvolve-se em fases ou momentos, que compreende a evolução da implementação do empreendimento ou do projeto integrado, o que lhe confere a necessidade da interlocução cotidiana entre os técnicos de engenharia e arquitetura e com os técnicos do social, interlocução esta que deve se transformar na integração do trabalho entre estes atores (BRASIL, 2010, p. 73).

Pois o trabalho em conjunto desses profissionais, é que resultará na efetivação da união de elementos que serão disponibilizados através do programa habitacional. Possibilitando assim uma troca de experiência e não somente que cada profissional desempenhe sua função. Entendendo que o compartilhamento do conhecimento de cada profissional envolvido através da sua área de experiência, poderá agregar mudanças na vida dos beneficiários, sendo que a interlocução:

...tem como pressuposto ultrapassar o mito da “indefinição profissional” para apreender o lugar do assistente social em um processo coletivo de trabalho, partilhado com outras categorias de trabalhadores, que juntos, contribuem na obtenção dos resultados ou produtos pretendidos. O reconhecimento do caráter cooperativo dos processos de trabalho em que ingressam os assistentes sociais contribui, no seu reverso, para identificar o lugar do assistente social no processo coletivo de trabalho, detectando suas possíveis contribuições particulares na elaboração de um produto comum (IAMAMOTO, 2000, p.110).

Assim, o assistente social ocupa o seu espaço realizando uma interlocução com a equipe, através da qual todos deverão trabalhar em conjunto desde o princípio: na viabilização do local para a construção do empreendimento, na elaboração do projeto arquitetônico das casas (verificando a acessibilidade), no acompanhamento das execuções da obra.

A questão da metodologia está pois imbricada na discussão teórica da articulação entre o fazer e o poder fazer, entre o poder e o fazer no processo de estruturação das relações sociais. Por isso metodologia ou método, não é demais repetir, não consiste num conjunto de etapas, numa série de recomendações. Metodologia implica a análise das condições e das forças em presença para empreender uma ação com a crítica dos caminhos possíveis e das consequências previsíveis teórica e praticamente, em decorrência da disposição estratégica e tática dos meios e recursos para produzir efeitos (FALEIROS, 2011, p. 117).

Devem, portanto ocorrer reuniões no trabalho em equipe, que servirão para discutir alternativas para a resolução da realidade a que se está buscando soluções, e nessa dinâmica haverá consenso assim como controvérsias. Contudo, deve-se tomar o cuidado para que as decisões tomadas sejam realmente para superar as dificuldades dos usuários que são os demandantes da falta de moradia.

## **4 A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL JUNTO A SMHRF**

### **4.1 AS APROXIMAÇÕES INICIAIS NO CAMPO**

A instituição na qual foi realizado o Estágio II, foi a Prefeitura Municipal de Santa Maria - Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, mais precisamente no Residencial Dom Ivo Lorscheiter, o qual faz parte do programa Minha Casa Minha Vida. O Estágio teve a duração de quatro meses (março a junho de 2016).

A experiência vivida no estágio I, fez com que através das observações e entrevistas realizadas fosse percebida a necessidade que muitas famílias possuíam, após ter adquirido suas casas, de um meio através do qual elas pudessem obter renda ou mesmo ampliá-la transformando assim a sua realidade local. Pois o residencial Dom Ivo Lorscheiter, é constituído por 578<sup>6</sup> famílias e sendo um conjunto habitacional recente (2014), o comércio ainda é insuficiente para atender a esta população.

A possibilidade de um mundo comum e compartilhado, com a criação de espaços públicos em que os indivíduos possam afirmar suas identidades e estabelecer relações de reciprocidade e solidariedade, é o que dá condições de ação da cidadania. Esta noção enfatiza não somente a igualdade de acesso aos direitos, mas também o protagonismo público. (SOARES, 2004, p.178).

Diante desse contexto, fez-se necessário o entendimento que muitas mulheres queriam produzir algo, mas não tinham uma motivação, outras ao fato de

---

<sup>6</sup> Informação disponibilizada no Site da Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS.

ter que cuidar dos filhos ou de pais e mães acamados, de forma que não podem sair para trabalhar fora.

... no Brasil e em quase todo mundo. Nas últimas décadas, associadas entre si, as mulheres criaram um novo discurso, elaboraram novas demandas, deslocaram os limites do que se considera privado e público, mostraram que os problemas que derivam de gênero devem ser considerados públicos e objeto de políticas. Porém, apesar de a maior participação das mulheres na esfera pública constituir-se em conquista indiscutível, a incorporação da perspectiva de gênero na ação do Estado e nas instituições privadas ainda ocorre de maneira tímida e esporádica (SOARES, 2004, p. 171).

Sobre o conteúdo dessa proposta, a ideia então foi focalizar como tema do Projeto de Intervenção, na Mulher Empreendedora. Sendo assim, no Estágio II o Projeto tem seu início seguindo um cronograma de atividades. A frequência dos encontros foram duas vezes por semana, totalizando seis encontros com o grupo e dois individuais.

#### 4.2 AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No primeiro momento: Foi realizada visita domiciliar para convidar moradoras do Residencial Dom Ivo Lorscheiter a participarem do Projeto de Intervenção. Quando da aceitação, prosseguiu-se com a aplicação de um questionário sócio-econômico, com dados como renda da família, endereço, telefone entre outros, para assim já ir organizando a situação de cada participante do projeto.

As convidadas que tiveram interesse em participar do Projeto de intervenção, têm idades variadas, incluindo-se mulheres idosas. Portanto, pensar políticas públicas que atendam às necessidades das pessoas idosas requer mais do que apenas questionar o lugar do idoso dentro de uma sociedade, inclui refletir quanto às subjetividades ali inseridas como questões relacionadas à sua identidade, suas escolhas, vivências cotidianas, seus papéis social e familiar.

A finalidade do Projeto é viabilizar uma maneira de fazer com que o sujeito possa sentir-se incluído na sociedade, sentindo-se entendido em todas as suas necessidades.

Todavia, é importante deixar claro que a aquisição da casa própria é um passo fundamental para o processo de autonomia do sujeito, mas que, além disso



deve haver a oferta de cursos e grupos que tenha por objetivo despertar nos moradores a busca por qualificação e socialização.

No segundo momento: realização de visita às Instituições com vistas a adquirir informações para embasar o projeto com orientações obtidas em órgãos como INSS (Instituto Nacional de Previdência Social), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Junta Comercial. Nessa etapa, foi elaborado um manual, o qual consta no anexo deste trabalho de conclusão, através do qual as participantes do grupo pudessem a cada dia de encontro estar acompanhando o tema que seria abordado, bem como endereço, telefone dos órgãos e também ideias de empreendedorismo como sugestão.

O grupo de mulheres teve como título do manual “Trocando ideias”, pois a intenção era que cada mulher pudesse falar sobre suas habilidades; seus conhecimentos; suas experiências: artesanais, gastronômicas, entre outras habilidades que poderiam contribuir para que fossem discutidas como forma de prestação de serviço, comércio.

No terceiro momento: foram entregues os convites a todas as participantes do grupo do Projeto de intervenção. Ao qual constava, data; hora e o local onde iriam ocorrer as reuniões. Ficou estabelecido que os encontros iriam ocorrer sempre no mesmo local. Na casa de uma das participantes, a sugestão foi dada por ela e aceita com unanimidade pelo grupo.

No quarto momento iniciou-se os encontros com o grupo “Trocando Ideias”. Os encontros aconteceram semanalmente, sendo realizados em dois dias da semana, com a duração de quatro horas cada.

#### Quadro demonstrativo das atividades e dias dos encontros

| <b>Dia</b>      | <b>Atividades / Temas desenvolvidos</b>  |
|-----------------|--|
| <b>25/04/16</b> | Empreendedorismo   |
| <b>26/04/16</b> | Capacitação, Economia Solidária e Aposentadoria                                |
| <b>02/05/16</b> | Habilidades e distribuição de material disponibilizado pela Previdência Social |
| <b>03/05/16</b> | Educação, Confraternização   |

|                 |                         |
|-----------------|-------------------------|
| <b>10/05/16</b> | Revisão das informações |
| <b>11/05/16</b> | Avaliação               |

No dia 25/04/2016, foi realizado o primeiro encontro do grupo do Projeto de Intervenção do Estágio curricular II. Como conversa inicial foi abordado o tema empreendedorismo, através do qual buscou-se informar as participantes, baseando-se no conceito elaborado pelo SEBRAE. Também foi repassada a elas uma matéria do jornal “Diário de Santa Maria” que abordava o assunto - Empreendedorismo Social.

Dando andamento às atividades as participantes começaram a discutir ideias, que iam surgindo através de sugestões que foram disponibilizadas no manual entregue ao grupo no início do evento, que dava dicas de como obter um bom planejamento para abrir um negócio.

O entusiasmo que o grupo estava sentindo foi percebido, pois mesmo com a chuva somente uma participante não compareceu, sendo que sua falta foi justificada pelo motivo de estar em tratamento de saúde, segundo informação das presentes.

O primeiro encontro do grupo do Projeto de Intervenção foi então concretizado, fazendo com que pudesse ser colocado em prática a ideia elaborada durante o período de estágio I e II.

No dia 26/04/2016, aconteceu o segundo encontro do grupo do Projeto de Intervenção. Nesse encontro foram tratados temas sobre capacitação, aposentadoria, economia solidária e informação de telefones e endereços úteis às participantes, através dos quais elas possam obter orientações para tirar suas dúvidas quando da implantação de seu negócio.

Um dos temas evidenciados foi a importância de buscarem cursos de capacitação. Na cidade há disponibilização de cursos gratuitos: SENAI (Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial), SEBRAE, entre outras instituições que eventualmente lançam cursos gratuitos também.

A capacitação sugere mudanças na vida das pessoas. Mudanças essas que irão dar amplitude no seu modo de viver. Entende-se que por trás de toda essa ideia de capacitar, deve-se assegurar os seus direitos também. Diante dos assuntos abordados, a efetivação da disseminação das informações, que considera-se de extrema relevância, pois trata-se de um dos objetivos principais da aplicação do

projeto. Percebendo que é através da instrumentalidade aplicada que poderá chegar-se à finalidade do Projeto.

Considerou-se esse encontro muito produtivo, pois acrescentou à conversa mais elementos, que vieram a enriquecer os temas propostos nesse dia. Percebeu-se também que as participantes estavam formando vínculos. Sentiam-se à vontade para questionar e estavam atentas a toda informação que estava sendo repassada.

No dia 02/05/2016, foi realizado o terceiro encontro do grupo, neste dia o assunto foi sobre as habilidades de cada participante do projeto de intervenção e descobriu-se que cada uma das participantes tem muito a oferecer. As habilidades citadas foram de fabricar sabão com reutilização de óleo de cozinha, produzir bolachas alemãs, escrever poesias, fazer reformas em roupas, entre outras citadas.

Outro aspecto tratado é que nessa diversificação de fazeres foi salientado a importância da divulgação dessas habilidades, pois devido ao pouco tempo que residem no local, a comunidade não tem conhecimento das habilidades de cada sujeito. Sendo que foi sugerido a elas que divulgassem aos moradores do residencial seus serviços. Essa divulgação poderá ser realizada através de pequenos cartões (xerox em folha de ofício) que poderão constar o tipo de serviço ofertado e o endereço do comércio. Esta prática será desenvolvida posterior à realização do projeto de intervenção, conforme forem executando o seu empreendedorismo.

Um fator importante, é que há um incentivo por parte da Secretaria Municipal de Habitação, segundo a Assistente Social Ivone Fontoura, para que os moradores do residencial venham a comercializar produtos (dentro da lei), desde que não descaracterize a moradia. Dando oportunidade de geração de renda às famílias.

Dando prosseguimento aos assuntos, evidenciou-se sobre a importância da contribuição para a previdência social, entregando a cada uma das participantes, folders explicativos sobre os tipos de aposentadoria e benefícios (esse material foi disponibilizado pela agência da Previdência Social de Santa Maria). As participantes solicitaram mais exemplares dos folders para repassar para amigos, parentes.

Nesse encontro foi percebido um fortalecimento de vínculos, através da troca de informações e também de interesse das participantes em divulgarem direitos como os da Previdência Social.

Tem-se que ressaltar a alegria em presenciar as seis participantes interagindo, pois segundo os relatos no início das atividades, quando foram

entrevistadas, para aderirem ao Projeto, a maioria relatou que não tinha um convívio com outras pessoas do residencial e algumas que sentiam-se excluídas devido à sua condição de saúde. Ali estava um grupo, grupo de MULHERES, inteligentes, educadas, interessadas, felizes, capazes.

No dia 03/05/2016, foi realizado o quarto encontro do grupo “Trocando Ideias”, como havia sido combinado no encontro anterior, esse momento seria de fazer um fechamento com uma confraternização. No entanto, foi solicitado que houvesse mais encontros. Então em conversa com as supervisoras a sugestão foi de que fosse estendido para mais dois encontros em grupo, sendo o último a entrega de um formulário de avaliação para cada integrante. Assim, foi repassada a sugestão para o grupo, e todas ficaram satisfeitas com a notícia.

Nesse dia além da confraternização com a degustação de brigadeiro, pastel e sanduíche, acompanhados de um chá, conversamos sobre as aspirações em cima de tudo que havia sido falado. Outro assunto abordado nesse dia, foi da possibilidade de retornarem aos estudos, pois próximo ao residencial Dom Ivo Lorscheiter, foi construída uma escola municipal que ainda não foi inaugurada. Esta escola pretende atender aos moradores dos três residenciais: Zilda Arns, Dom Ivo e Leonel Brizola. Segundo a informação do Superintendente Wagner Bitencourt da Secretaria de Habitação, essa escola tem a previsão para os três turnos, sendo que à noite será ofertada a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos).

O que há uns meses atrás era um desafio, torna-se realidade através do Projeto de Intervenção e constata-se que os objetivos estão sendo alcançados. A força de vontade é primordial para que possamos, nem que seja um pouco, transformar sonhos em realidade. Assim, encerrou-se o encontro, agradecendo a oportunidade de estarmos todas reunidas e cheias de inspirações.

No dia 10/05/2016, realizou-se o quinto encontro do grupo do Projeto de intervenção, para que fosse realizada uma espécie de “revisão das informações”, ou seja o grupo era questionado sobre determinado assunto abordado desde o início do Projeto de Intervenção e as participantes teriam que explicar como deveriam proceder, a quem ou a qual órgão procurar para determinada situação. Caso alguém não lembrasse da resposta dava-se a sugestão das primeiras sílabas para que a participante forçasse um pouquinho e conseguisse responder.

Esse encontro foi considerado muito importante para todas, uma vez que as participantes solicitaram que fossem proporcionados mais encontros e com a

efetivação percebeu-se que sentiram que sim, elas foram ouvidas, elas solicitaram e foram atendidas.

Tal situação leva a entender que, tantas vezes devem ter sido negados direitos, falta de escuta, de atenção a essas Mulheres. Percebeu-se que elas sentiram-se acolhidas, da mesma forma que também acolheram bem a estagiária. Uma vez que aceitaram participar do projeto e chegaram ao ponto de querer mais encontros, significa que elas acharam relevantes os assuntos, que teve fundamento a proposta do projeto.

Pode-se perceber através da observação realizada, que as participantes do Projeto precisam acreditar em algo que vá fazer diferença na vida delas. A intenção do Projeto intensifica-se no momento que é solicitado mais encontros, ou seja, pensar sob esse ponto de vista significa que estão sendo necessários os assuntos abordados, que está tendo objetivação.

No dia 11/05/2016, foi realizado o sexto e último encontro do grupo do Projeto de Intervenção, tendo como atividade responder ao questionário avaliativo da atuação da estagiária.

#### 4.3 POSSIBILIDADES E LIMITES DA EXPERIÊNCIA

Durante os encontros percebeu-se que algumas das participantes do grupo não acessavam direitos, pois uma vez que não contribuía com a Previdência Social, não teriam o acesso em caso que elas venham necessitar, assim como para fins de aposentadoria.

O movimento de mulheres no Brasil tem buscado ao longo das últimas quatro décadas promover mudanças nos comportamentos, nas mentalidades e na estrutura social do país, reivindicando transformações políticas amplas e significativas. Há uma pluralidade de vozes de mulheres reivindicando um mundo melhor, mais justo. Cada vez mais avança a consciência da necessidade de estabelecer medidas legislativas, judiciais e muito especialmente políticas públicas que possam garantir o acesso de todas aos direitos humanos fundamentais e à conquista da cidadania (SOARES, 2004, p. 178).

Assim, é importante ressaltar que o contexto do projeto de intervenção focou em provocar um movimento tendo como objetivo o fortalecimento, engajamento e motivação para as mulheres. Despertando nelas o sentido da emancipação social

... as atividades domésticas impõem limites às oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres no mercado de trabalho, cujas as atividades se caracterizam por carreiras descontínuas, salários mais baixo e jornadas em tempo parcial. Apontou também para os efeitos que os empregos de menor qualidade reservados às mulheres têm na manutenção de sua identidade doméstica. Bloqueadas nas suas carreiras profissionais e submetidas à pressão das normas sexuadas de emprego, muitas mulheres acabaram por priorizar investimentos pessoais na esfera privada (SORJ, 2004, p. 108).

Logo, deve-se reconhecer que as mulheres podem e devem buscar seu espaço na sociedade através de conhecimento e acima de tudo na defesa da garantia de seus direitos como cidadãs. Que a concretização de sonhos somente será possível com a busca de soluções para derrubar as barreiras que impedem as pessoas de apoderarem-se daquilo que é seu. E a mudança em suas vidas poderá surgir através do Empreendedorismo Social que:

Busca identificar e promover mudanças, potencialmente transformadoras na sociedade, com o objetivo de beneficiar um grupo de pessoas, modificando suas vidas de forma permanente ao alterar um modo socioeconômico predominante que opera em detrimento de seus interesses. Ou seja, esta modalidade de negócios se configura como um conjunto de ações empreendedoras que visam a melhoria da sociedade, por meio de medidas e estratégias que geram retorno social e ambiental positivo (CLASSIFICADOS DO DIÁRIO, 2015, p. 16).

Sendo assim, alternativas devem ser implantadas nas comunidades, como forma de amenizar os problemas sociais, oriundos principalmente da falta de emprego, objetivando a melhoria de uma sociedade.

Portanto, o trabalho deve ser entendido como fator determinante das formas de sociabilidade humana, considerando que, a partir do processo de produção de bens materiais, são produzidas e reproduzidas as relações entre indivíduos, potencialmente os construtores dessa realidade. Essas condições estão postas apenas com o trabalho, uma vez que este põe em movimento a teleologia (presente na própria colocação de finalidades) e a causalidade (inerentes os processos materiais), na construção dos objetos e da realidade social (TEIXEIRA, 2008, p.58).

Ampliando esta colocação, o sujeito busca a sua valorização através do trabalho. Uma vez que não estando inserido no mercado de trabalho, seja ele através de cooperativismo; associativismo; empreendedorismo; entre outras formas de emprego, suas necessidades não somente financeira encontram-se fragilizadas,

mas também sua auto-estima com relação a sentir-se produtivo e a estar interagindo com outras pessoas por meio do trabalho.

Ao final da aplicação do projeto de intervenção, as participantes responderam a um questionário que teve por finalidade avaliar a abrangência dos assuntos abordados, bem como o procedimento da estagiária e sua atuação como futura Assistente Social.

O questionário foi composto por quatro questões, sendo três discursivas e uma para dar uma nota, de 0 a 10, à estagiária. As questões foram as seguintes:

- Os temas abordados trouxeram esclarecimentos?
- Pretende dar continuidade aos assuntos abordados?
- A estagiária soube conduzir os temas propostos?
- Dê uma nota de 0 a 10 à estagiária.

Por unanimidade, responderam que estavam de acordo com as questões propostas, tendo sido obtido o resultado em 100% nas respostas.

Obs: Uma das integrantes não se fez presente na avaliação, devido ter compromisso com familiar.

Através dessa forma de avaliação, poderá ser realizada uma análise da aplicação do projeto em sua totalidade. Visto que um dos princípios Fundamentais do Código de Ética do Assistente Social é: Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Sendo este dia o último encontro realizado através do Projeto de Intervenção e após aplicado o questionário, chegou-se à conclusão de que o propósito do referido projeto foi alcançado. Devido às respostas do questionário e a demonstração do interesse das participantes, que em nenhum momento ficaram desmotivadas ou desinteressadas durante os encontros, muito pelo contrário, a cada encontro mostravam-se atentas e participativas nos assuntos abordados.

Cada dia de aplicação do Projeto, quando se estava próximo ao local do encontro pensava: “será que vai ter participantes?”, principalmente nos primeiros encontros, pois eu era uma pessoa estranha para elas. E o que foi que tive como retorno? Pessoas dispostas a me escutar, pessoas que me acolheram e que percebi nelas uma vontade de serem ouvidas também, como se dissessem: “Estamos aqui, alguém por favor nos escute, nos mostre como fazer para acessar direitos, temos direitos? Quais? Onde podemos buscar informações? Por onde começamos?”

Pensar sob esse ponto de vista fez com que tivesse a oportunidade de interagir com mulheres simples, educadas, inteligentes. Precisando de um olhar, de uma motivação, de uma conversa. Difícil descrever, pois os sentimentos são tantos, não tem como não colocar o coração nisso tudo. Foi um prazer desenvolver esse trabalho. Pensar que dessas seis mulheres, que uma venha desenvolver parte do que foi trabalhado, já é uma conquista e se mais aderirem, melhor ainda. A intenção é fazer um movimento de reação ao que está estagnado, procurar progredir, melhorar a condição de vida dos sujeitos.

Sendo um dos objetivos pretendidos do projeto, fazer com que desperte nos sujeitos envolvidos, o interesse pelo empreendedorismo local, visando com isso acessar os direitos sociais. Como a contribuição para a Previdência Social, para fins de aposentadoria, bem como outros benefícios aos quais o cidadão tem direito conforme o que é solicitado em cada situação do auxílio requerido.

Ressalta-se ainda, que a autonomia das mulheres, é uma forma de construir a igualdade de gênero, devido esta ainda ser uma realidade que deve envolver toda a sociedade. As políticas públicas devem estimular ações que assegurem a autonomia das mulheres em todos os campos, econômico e social.

Para minha formação como futura Assistente Social, percebi que a transmissão da informação como sendo este um dever do Profissional de Serviço Social, é fator inerente ao exercício profissional. Pois somente dessa forma o sujeito terá a viabilização dos seus direitos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo apresentar a vinculação que existe entre teoria e prática. Fazendo assim uma relação entre o assistente social e à política habitacional. Essa experiência foi possível, devido às atividades desenvolvidas em sala de aula realizadas no decorrer do curso de graduação em Serviço Social, relacionado com o estágio curricular.

Esta articulação se fez através das dimensões: ético-política que visa atender ao código de ética do Serviço Social, para posicionar-se de forma que mantenha o compromisso com os usuários; e também da dimensão teórico-metodológica através



da qual procurou-se entender a história de cada cidadão para então poder aplicar a dimensão técnico-operativa que tem por finalidade intervir na realidade do sujeito com vistas a provocar mudanças no seu cotidiano.

O processo de elaboração do Projeto no Estágio I e depois aplicação do Projeto no Estágio II, proporcionaram uma experiência importantíssima, devido este momento da academia proporcionar que possamos aplicar a teoria à prática.

Com essa experiência foi possível aprofundar o sentido do olhar, para entender o contexto que o usuário está inserido, com a intenção de então viabilizar uma maneira que fosse ao encontro da situação vivenciada e buscar alternativas através de informações baseadas nos direitos do cidadão.

Como orientação utilizou-se o código de Ética do Assistente Social, com base nos direitos e deveres do profissional; utilizou-se dos instrumentos de trabalho do Assistente Social (observação, entrevista, visita domiciliar...). Também na busca pelo material para repassar ao grupo, foram realizadas visitas a instituições que serviram como embasamento ao projeto, para fins de informar a qual órgão a “participante do grupo” deve recorrer para possibilitar a efetivação do seu negócio, direitos entre outros.

Foram tantas coisas envolvidas, encontros com as Supervisoras Acadêmica e de Campo, que me orientaram no processo de aplicação do Projeto e souberam conduzir de forma profissional onde eu tive o privilégio de estar sendo orientada por pessoas com sensibilidade e sabedoria. Isso fez com que eu conseguisse executar a aplicação do Projeto de Intervenção com muita tranquilidade e prazer no que estava sendo realizado. Bem como a busca por pessoas que estivessem dispostas a ceder seu tempo. A confiança que depositaram em mim, o retorno.

Para o Processo de Formação Profissional do Assistente Social, entendo que o compromisso com o usuário, é buscar a luta constante pela garantia dos seus direitos, Informando-os, encaminhando-os para os programas e políticas sociais.

Têm-se a clareza de que essa experiência poderá contribuir para o Serviço Social, no sentido de trabalhar com o coletivo na perspectiva do empoderamento da mulher, esperando-se que auxilie em novas possibilidades nessa área, oportunizando assim, meios com que os sujeitos alcancem sua autonomia.

Para isso, a participação do poder público é essencial na elaboração de projetos dentro dos residenciais e na contribuição de um melhor atendimento de forma concreta a todos. Assim como a atuação dos profissionais do Serviço Social

frente à habitação em que podem colaborar visando avanços no desenvolvimento das famílias de baixa renda, dentro dos residenciais destinados a esse público.

Encontramos, ainda, diversos desafios na política habitacional. Tais como a grande demanda de famílias em situação de vulnerabilidade, sem condições de obter a casa própria, e a insuficiência dos recursos para a execução do programa.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.192 p.

ABREU. M. H. E. **Território, Política Social e Serviço Social: Caminhos e Armadilhas no Contexto do Social-Liberalismo**. Campinas: Papel Social, 2016. p. 320.

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social. Lei nº 8662/93** Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)> Acesso em: 05 set, 2016.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 26, de 14 de fevereiro de 2000**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc26.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc26.htm)> Acesso em: 09 out. 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Curso de Capacitação: **Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social**/Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. – 2ª ed. Brasília: MCidades/SNH ; [Florianópolis] : NUTE/ UFSC, 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Mulheres e Homens em grupos ocupacionais e homogêneos: elas tendem a ganhar menos!** DIEESE – março 2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2014/boletimRendimentoMulher.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. Portal Brasil. **Entenda como funciona o Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/04/entenda-como-funciona-o-minha-casa-minha-vida>> Acesso em: 06 set. 2016.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Santa Maria. **Portaria 595/2013**. Disponível em:<<http://www.santamaria.rs.gov.br/habitacao/?secao=documentos>> Acesso em: 07 set. 2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Habitação. Curso a Distância - **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades. Primeira Impressão: Setembro 2010. Disponível em: <[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro\\_EAD\\_19-10-10.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro_EAD_19-10-10.pdf)> Acesso em: 05 set. 2016.

COGOY, D. M. **As garantias específicas dos contratos de financiamento habitacional no direito brasileiro**. 1ª ed. - São Paulo: LiberArs, 2016.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios**. 3ª ed. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008 – 2ª reimpressão.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. – 10ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios**. Serviço Social & Sociedade - São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014  
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/07.pdf>> Acesso em: 25 set. 2016.

GONÇALVES, M. da C. V. et al. **O Trabalho Social e a Política Habitacional**. Sociedade em Debate. Pelotas, Jul - Dez 2007, p.175 – 190.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação Profissional**. 3ª ed. – São Paulo: Cortez. 2000.

LISBOA, T. K.; RIBEIRO, E. M. **Pressupostos Para a Intervenção Profissional em Serviço Social**. Emancipação. Ponta Grossa, ago. 2012, p. 143 – 153.

LUIZ, D. E. C. **Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional**. 2ª ed.- Ponta Grossa: Editora: UEPG, 2013 .

MANCINI, R. F.; YONEMOTO, H. W. **Considerações acerca do Empreendedorismo Social no Desenvolvimento da Sociedade Sustentável**. p. 01-09. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2543/2067>> Acesso em: 08 set. 2016.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: Uma introdução crítica**. 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1).

OLIVEIRA, E. M. **Globalização, Pobreza e Empreendedorismo Social: O emergir de novas ações no enfrentamento das novas expressões da questão social – Limites e Possibilidades**. p.01-12. Disponível em: <<http://ifbae.com.br/congresso2/pdf/trab04.pdf>> Acesso em: 08 set. 2016.

OLIVEIRA, E. M. **A Mulher, A Sexualidade e o Trabalho**. CUT - São Paulo: Hucitec, 1999.

PRATES, J. C. **O Processo de Trabalho e Alienação em Marx e a Abordagem do Serviço Social como Trabalho**. Tese de Doutorado. 2003.

SANTA MARIA. Câmara de Vereadores de Santa Maria. Leis, Resoluções e Atos Administrativos – **Decreto Nº 065**. Disponível em: < [http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/DE/2009/DE\\_065\\_09.pdf](http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/DE/2009/DE_065_09.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2016.

SANTA MARIA. Câmara de Vereadores de Santa Maria. Leis, Resoluções e Atos Administrativos – **Lei Municipal nº 4300/00 de 04 de janeiro de 2000**. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/2000/4300.pdf>> Acesso em 29 set. 2016.

SANTA MARIA. Câmara de Vereadores de Santa Maria. Leis, Resoluções e Atos Administrativos – **Lei Municipal nº 4415/01 de 05 de fevereiro de 2001**. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/2001/4415.pdf>>. Acesso em: 29 set.2016.

SANTA MARIA. Câmara de Vereadores de Santa Maria. Leis, Resoluções e Atos Administrativos – **Lei Municipal nº 5659 de 26 de junho de 2012**. Disponível em:<[http://www.camarasm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/2012/LM\\_5659\\_12\\_Politica\\_Municipal\\_Habitacao.pdf](http://www.camarasm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/2012/LM_5659_12_Politica_Municipal_Habitacao.pdf)>. Acesso em: 29 set.2016.

SANTA MARIA. Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária. **Lei nº 080, de 17 de Janeiro de 2011**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Profissional/Downloads/lei-complementar-no-080-de-17-de-janeiro-de-2011.pdf>> Acesso em: 05 set. 2016.

SANTA MARIA. Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária. **Lei nº 5338, de 15 de junho de 2010**. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/habitacao/331-regularizacao-fundiaria>> Acesso em: 29 set. 2016.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. 7. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

SOARES, V. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.). **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 161-182.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.). **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 107-119.

SOUSA, C. T. de. **A Prática do Assistente Social: Conhecimento, Instrumentalidade e Intervenção Profissional**. Emancipação. Ponta Grossa, abr. 2008, p. 119 – 132.

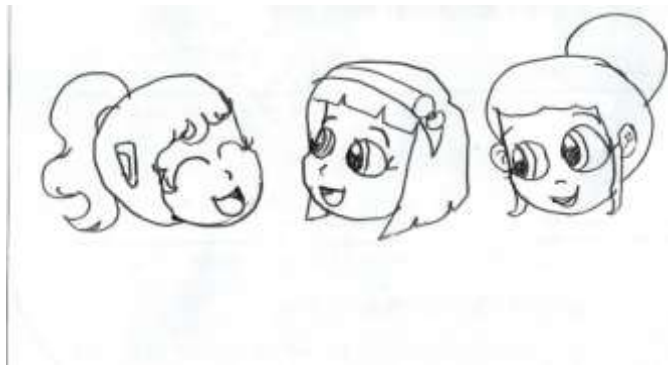
SOUZA, E. G.; GANDOLFI, M. R. C.; GANDOLFI, P. E. **Empreendedorismo Social no Brasil**: Um Fenômeno de Inovação e Desenvolvimento Local. In: Revista Dimensão Empresarial. v. 9, n. 2, jul-dez 2011, p. 22-34. Disponível em: <[https://www.uac.edu.co/images/stories/publicaciones/revistas\\_cientificas/dimension-empresarial/volumen-9-no-2/articulo3.pdf](https://www.uac.edu.co/images/stories/publicaciones/revistas_cientificas/dimension-empresarial/volumen-9-no-2/articulo3.pdf)> Acesso em: 25 set. 2016.

TEIXEIRA, J. B. O projeto ético Político. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

YAZBEK, M. C.. Os fundamentos históricos e teórico-metodológico dos Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

WÜSTH, A.. **O Trabalho Social e a Política de Habitação**: Desvendando Contradições. Dissertação de Mestrado – PUC. Porto Alegre, 2015, p. 01 – 136.

**ANEXOS****PROJETO DE INTERVENÇÃO****MANUAL DO GRUPO****“TROCANDO IDEIAS”**

**Acadêmica:** *Cássia Rosane Coelho Lied*

*Estagiária do Curso de Serviço Social Bacharelado (UFSM)*

**Supervisora Acadêmica:** *Professora Doutora em Serviço Social - Caroline Goerck (UFSM)*

**Supervisora de Campo:** *Ivone da Silva Fontoura – Assistente Social (Secretaria Municipal de Habitação)*

**Santa Maria**

**Abril 2016**

### **O que é Empreendedorismo Segundo o SEBRAE:**

Empreendedorismo é o ato de criar e gerenciar um negócio, assumindo riscos em busca de lucro. Saiba que o primeiro passo desse projeto é conhecer as suas características empreendedoras e verificar quais as habilidades você precisa desenvolver ou melhorar.

Para obter um bom Planejamento para abrir seu negócio, o SEBRAE dá as seguintes Dicas:



**Identifique uma ideia de negócio. Qual necessidade do mercado a sua empresa atenderá? O que será entregue ao cliente?**

[Expandir](#)



**Examine o mercado. Conheça seu futuro cliente (quem é, como compra?), concorrentes e fornecedores.**

[Expandir](#)



**Faça um plano de negócios. O Sebrae pode ajudá-lo nisto!**

[Expandir](#)



**Examine a viabilidade do negócio. Qual lucratividade lhe interessa? Quanto está disposto a receber da empresa (pró-labore)? Não esqueça que os primeiros tempos são sempre mais difíceis.**

[Expandir](#)



**Legalize seu negócio e sucesso.**

[Expandir](#)

(Fonte: SEBRAE)

### **Capacitação Profissional:**

[...] desenvolver pessoas não é apenas dar-lhes informação para que elas aprendam novos conhecimentos, habilidades e destrezas e se tornem mais eficientes naquilo que fazem. É, sobretudo, dar-lhes a formação básica para que aprendam novas atitudes, soluções, ideias, conceitos e que modifiquem seus hábitos e comportamentos e se tornem mais eficazes naquilo que fazem.

(Chiavenato,2010,p.362)

(Fonte: PORTAL EDUCAÇÃO – Cursos)

**A Aposentadoria por tempo de contribuição é um benefício devido ao cidadão que comprovar o tempo total de 35 anos de contribuição, se homem, ou 30 anos de contribuição, se mulher.**  
(fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social)



### **O que é Economia Solidária segundo o Ministério do Trabalho e Previdência Social?**

A Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados.

São milhares de iniciativas econômicas, no campo e na cidade, em que os trabalhadores estão organizados coletivamente: associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras.

(fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social)

### **A Quem procurar para obter orientações sobre como fazer para abrir meu próprio negócio?**

**Junta Comercial:** É o órgão que vai orientar você sobre o processo legal para a abertura do seu empreendimento.

Endereço: Prédio da CACISM, 7º Andar, Rua Venâncio Aires- Centro Santa Maria/ RS.

Fone: 3222-7865.

**SEBRAE:** É uma instituição que serve para promover micro e pequenas empresas.

Endereço: Rua Coronel Niederauer, 1221 - Bairro Bom Fim, Santa Maria/ RS. Fone: 0800 570 0800.





#### **IDEIAS PARA O SEU NEGÓCIO:**

- **Artesanato:** Restauração de móveis; pintura em vasos de cerâmica, pintura em tecido, biscuit, crochê, tricô, bordado, patchwork; entre outros,
  - **Costura em geral,**
  - **Venda de doces e/ou salgados,**
  - **Venda de lanches rápidos na comunidade:** Suco; pastéis; sanduíches; brigadeiro.
  - **Venda de Pães,ucas, bolos,**
- Entre outras ideias que vão surgindo conforme a necessidade da comunidade e suas habilidades.**

#### **RECEITAS PRÁTICAS PARA SEU EMPREENDIMENTO GASTRONÔMICO:**

##### **Brigadeiro:**

- 01 caixa de leite condensado;
- Nescau;
- Margarina;
- Granulado;

##### **Modo de Preparo:**

Em uma panela teflon colocar o leite condensado, duas colheres de (sopa) de margarina e três colheres de (sopa) de nescau. Mexer a mistura sem parar até ela ferver e começar a soltar do fundo da panela. Colocar em um prato refratário untado com margarina, após esfriar fazer as bolas tamanho “brigadeiro padaria”, passar no granulado e colocar em formas de papel. (Rende mais ou menos 20 brigadeiros)

##### **Dica econômica e gostosa para recheio de Pastel:**

- Massa pastel industrializada ou caseira;
- Carne moída de gado ou de frango;
- Requeijão;
- Cenoura, milho, ervilha. (Com esses ingredientes haverá uma economia na quantidade de carne que você terá que utilizar e fica muito mais gostoso.

##### **Sanduíche Cremoso:**

- Pão para Sanduíche;
- Pepino;
- Salsicha;
- Maionese.

##### **Modo de Preparo:**

Bata no liquidificador a quantia desejada de pepino, salsicha e maionese até adquirir uma “pasta”, passe nos pães e feche-os, após coloque-os envolvidos em uma pano de copa úmido e coloque-os dentro de um recipiente fechado para levar a geladeira, por aproximadamente duas horas, depois é só degustar ou comercializar.

**DICA:** Invista em cursos de capacitação. Através deles você poderá ampliar seu negócio e buscar novas alternativas para empreender.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Aposentadoria**. Disponível em: < <http://www.mtps.gov.br/aposentadoria> > Acesso em: 06 Abril 2016.

BRASIL. PORTAL EDUCAÇÃO - SCREMIN, Mariles Vieira Mangili. Apud: Chiavenato, 2010, p. 362 **Investir em Capacitação é um Bom Negócio Para as Organizações?** In: Cursos Online. Abr. 2014. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/recursos-humanos/artigos/56474/investir-em-capacitacao-e-um-bom-negocio-para-as-organizacoes#ixzz46VU9NkU>> Acesso em: 21 Abril, 2016.

BRASIL. SEBRAE. **Quero Abrir Minha Empresa**. Copyright 2012. Disponível em: <<http://www.sebrae-rs.com.br/index.php/quero-abrir-minha-empresa>> Acesso em: 06 Abril 2016.